

CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DE VITÓRIA

FABIANA RODRIGUES SILVA

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DA POLÍTICA DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ESPÍRITO SANTO**

VITÓRIA
2017

FABIANA RODRIGUES SILVA

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DA POLÍTICA DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ESPÍRITO SANTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Católico de Vitória, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof.^a Msc. Camila Lopes Taquetti

VITÓRIA
2017

FABIANA RODRIGUES SILVA

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DA POLÍTICA DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ESPÍRITO SANTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Católico de Vitória, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em _____ de _____ de _____, por:

Prof.^a Msc. Camila Lopes Taquetti, UCV - Orientadora

Prof.^a Msc. Elisângela Maria Marchesi, UCV

Natalia Silva Nicácio, Assistente Social, Mestranda em Política Social

Para meu pai Fernando A. Rodrigues Santos, minha mãe Sidney Souza,
meu esposo Reinimario de Carvalho e para minha
linda filha Kathlyn. Meus amores.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus minha eterna gratidão pela graça alcançada e sonho realizado, a Ele toda honra e glória.

À minha orientadora Camila Lopes Taquetti, pelo tempo e atenção dedicados a concretização desse trabalho, e estendo a todas (os) professoras (os) e mestras (es) que fizeram parte da construção da profissional que sou hoje.

Agradeço ao Centro Universitário Católico de Vitória pelo excelente corpo docente, infraestrutura e pela qualidade do ensino ofertado, que muito contribuiu para minha formação.

Agradeço ao meu pai Fernando A. Rodrigues Santos pelo apoio, pela força e exemplo de perseverança.

À minha mãe Sidney Souza pelas incessantes orações, pelo incentivo e compreensão durante as minhas ausências.

Agradeço, de forma especial, ao meu esposo Reinimario de Carvalho e à minha filha Kathllyn pelo carinho, paciência e compreensão durante a jornada para essa conquista.

Aos meus familiares, especialmente as minhas irmãs Carina e Carimi, e a minha tia Valéria pelo apoio e incentivo mesmo estando distante.

Faço, também um agradecimento a duas amigas Mariana Gomes Bourguignon e à Nilcéia Maria Pizza por todo apoio e incentivo.

Agradeço à equipe de profissionais da Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social, que me acolheram no campo de estágio e pela contribuição para essa pesquisa.

Agradeço também aos amigos e colegas que conquistei durante a graduação, em especial a minha querida amiga Renata Castelo pela amizade, incentivo e companheirismo.

À todos meu muito obrigada!

Mas os que esperam no Senhor renovarão as suas forças; subirão com asas como águias; correrão, e não se cansarão; andarão, e não se fatigarão.

Isaías 40:31

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral descrever a atuação do assistente social na gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Espírito Santo. Como objetivos específicos, buscou-se identificar os instrumentos/ações profissionais, bem como o trabalho interdisciplinar na atuação do assistente social na gestão desta política. Outro objetivo específico da pesquisa foi discutir a contribuição e os desafios enfrentados pelo Assistente Social no desenvolvimento das atividades na gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Espírito Santo. A pesquisa foi realizada na Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional vinculada à Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social. Trata-se de uma pesquisa exploratória, pelo fato do profissional de serviço social estar inserido na gestão de uma política, relativamente recente, sobre a qual, há escasso conteúdo que faça a relação entre Serviço Social e a gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Os dados da pesquisa possibilitaram identificar que os principais instrumentos e ações profissionais desta atuação são planejamento, a elaboração e a formulação de programas e projetos, a avaliação e o monitoramento e a eficácia destes. Sobre o trabalho interdisciplinar nessa gestão, é realizado de forma articulada pela equipe composta pelos profissionais de Serviço Social e de Nutrição. Nesse sentido, foi possível identificarmos que o serviço social tem algumas particularidades que contribuem para esta gestão, como ir além de atuarem como executores de políticas sociais, devido as suas capacidades técnicas, que os possibilitam ter uma visão diferenciada e crítica, podendo atuar no planejamento e elaboração de programas e projetos que deem conta de atender as demandas dos usuários em situação de insegurança alimentar e nutricional no desenvolvimento das atividades na gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Espírito Santo.

Palavras-chave: Serviço Social. Gestão de Política Social. Segurança Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT

The purpose of this End of Term Paper is to describe the objectives of the role of the social worker's in the Management of the Food and Nutrition Security Policy in Espírito Santo. More specifically, we sought to identify the professional instruments and actions, as well as, the interdisciplinary work required of the social worker in the management of this policy. Another specific objective of the research was to discuss the contribution and challenges faced by the Social Worker in the development of activities in the Management of the Food and Nutrition Security Policy in Espírito Santo. The research was carried out in the Food and Nutrition Security Management linked to the State Secretariat of Labor, Assistance and Social Development. This is exploratory research because the social service professional is inserted in the management of a relatively recent policy, about which there is little content that relationship between Social Work and the management of the Food and Nutrition Security Policy. The research data made it possible to identify that the main instruments and professional actions of this policy are planning, designing and formulating programs and projects, evaluating and monitoring them, and their effectiveness. On the interdisciplinary work in this management, it is carried out in an articulated way by the team composed by the Social Service and Nutrition professionals. In this sense, it was possible to identify that the social service has some particularities that contribute to this management, as well as, to act as executors of social policies. Due to their technical capacities, that allow them to have a differentiated and critical vision, they are able to act in the planning and elaboration of programs and projects, that do take into account the demands of users in situations of food and nutritional insecurity in the development of activities in the management of the Food and Nutrition Security Policy in Espírito Santo.

Keywords: Social Service. Social Policy Management. Food and Nutrition Security.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAISAN/ES – Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo
CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos Humanos
CEAS – Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA/ES – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo
CDA – Compra Direta de Alimentos
CNS – Conselho Nacional da Saúde
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN – Educação Alimentar e Nutricional
EUA – Estados Unidos da América
GSAN – Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional
GGPAA – Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
LOSAN/ES – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo
ONU – Organização das Nações Unidas
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
UNE – União Nacional dos Estudantes
PSAN – Política de Segurança Alimentar e Nutricional
PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PLANSAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN/ES – Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Espírito Santo
LOSAN/ES – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

SEASM – Secretaria de Assistência Social e Política para Mulheres

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SETADES – Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

SISPAA – Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
2.1 A CONFORMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	23
2.1.1 O Serviço Social no cenário contemporâneo	31
2.1.2 As mudanças no mundo do trabalho e os rebatimentos ao exercício profissional do Assistente social	35
2.1.3 Serviço Social na gestão pública.....	41
2.2 A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O SERVIÇO SOCIAL	45
2.2.1 Gestão social e o Serviço Social na Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional	54
3 METODOLOGIA	59
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA	63
4.1 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ESPÍRITO SANTO	63
4.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ESPÍRITO SANTO	66
4.3 O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NA GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ESPÍRITO SANTO	67
4.4 CONTRIBUIÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES NA GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ESPÍRITO SANTO.....	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75

REFERÊNCIAS.....	79
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA A COLETA DE DADOS.....	84
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	85

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema a atuação do assistente social na Gestão da política social. Neste caso, da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Espírito Santo. Essa atuação é desenvolvida na Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional (GSAN), vinculada à Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES), localizada no bairro Barro Vermelho, município de Vitória, Espírito Santo. Este estudo teve como intenção descrever a atuação do assistente social na Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN) no Espírito Santo

A atuação profissional na gestão de políticas sociais públicas é um campo que merece destaque, pois, proporciona um leque de especializações, dentre elas o assistente social. O serviço social conquistou esse lugar de trabalho profissional neste campo tão restrito, a partir de sua formação que o permite concorrer de igual modo com profissionais de diversas áreas (IAMAMOTO, 2004).

“Em outros termos, tende a ser a qualificação demonstrada em um mercado competitivo o que indica o melhor profissional para o exercício de funções requeridas e não o mero diploma” (IAMAMOTO, 2004, p.125).

Para melhor compreensão da atuação do assistente social na gestão da PSAN, essa pesquisa teve como objetivo geral descrever a atuação do Serviço Social na gestão da PSAN no Espírito Santo. Como objetivos específicos, buscou-se identificar os instrumentos/ações utilizados na atuação do assistente social, bem como identificar como é realizado o trabalho interdisciplinar. Buscou-se ainda tecer uma discussão sobre a contribuição e os desafios do trabalho do assistente social no desenvolvimento das atividades na gestão da PSAN no Espírito Santo.

Nesse sentido, concordamos que:

O assistente social atuando na esfera das políticas sociais, das organizações e movimentos sociais, pode interferir, no âmbito de sua área de competência, para ampliar a ingerência de seguimentos da sociedade civil em questões que lhes são concernentes, compartilhando propostas e decisões, contribuindo para romper as “caixas pretas” que guardam em segredo informações que necessitam ser difundidas junto à coletividade (IAMAMOTO, 2004, p.79).

O interesse pelo tema de pesquisa é resultado da realização do estágio supervisionado II e III, realizados na GSAN. A partir da inserção neste campo,

através da observação e do acompanhamento do fazer profissional do assistente social, pôde-se perceber que grande parte das ações profissionais são desenvolvidas em equipe interdisciplinar, composta por nutricionista e assistente social. Entretanto, está no olhar, no compromisso e nos valores ético-políticos nas particularidades deste exercício profissional, o interesse deste trabalho.

A questão da gestão, que engloba planejamento, elaboração e implementação de políticas sociais é algo previsto na Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social, nº 8.662 de 07 de junho de 1993.

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil. (BRASIL, 2012a, p.44).

O tema proposto para essa pesquisa além de ser atual, pois, trata de um recente campo de trabalho do assistente social, é também desafiador em função do escasso conteúdo teórico em relação a prática profissional do Serviço Social na gestão, assim como na execução da PSAN, ao viabilizar acesso ao direito à alimentação.

O objeto de trabalho dos assistentes sociais em qualquer espaço de trabalho é a questão social em suas múltiplas expressões (IAMAMOTO, 2004).

Neste caso, a expressão que se apresenta neste campo de atuação é a insegurança alimentar que atinge uma significativa parcela da população, sendo esta uma refração da questão social muito complexa, pois para garantir a segurança alimentar e nutricional é necessário o desenvolvimento de outras políticas. (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2004).

Situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas, tais como fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, o consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudiciais à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente natural ou às relações econômicas e sociais; alimentos e bens essenciais com preços abusivos e a imposição de padrões alimentares que não respeitem a diversidade cultural (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2004, p.4).

Sendo assim, esta intervenção se configura em responder a essas demandas relacionadas à insegurança alimentar no âmbito da gestão da PSAN, na elaboração de projetos que deem conta de atender as reais necessidades dos usuários.

A alimentação adequada consiste, de acordo com a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), em seu art. 2º:

[...] é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2017, p.9).

A realização de uma pesquisa acerca da atuação do assistente social na gestão da PSAN é de suma importância, pois, sendo um espaço de atuação profissional de assistentes sociais, possibilitou a construção de um tema atual de TCC, contribuindo dessa forma com o aprofundamento teórico e prático, bem como com a formação profissional dos estudantes de Serviço Social, o que também possibilitará em contribuições para futuras pesquisas referentes aos diversos espaços ocupacionais de assistentes sociais.

Neste sentido, faz-se necessário a identificação da contribuição, as particularidades e os desafios desses profissionais, na elaboração de programas, projetos e avaliação dos mesmos, enquanto profissional dotado de conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico operativo, como também identificar os instrumentos/ações utilizados e a prática interdisciplinar desenvolvida na PSAN para o fortalecimento dessa política.

A PSAN, prevista na LOSAN, foi regulamentada pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Essa política “[...] é um conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, promovendo a soberania e a segurança alimentar e nutricional” (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2017, p.14).

Ainda de acordo com a LOSAN, em seu art.3º:

[...] A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2017, p.7).

A LOSAN ao fazer referência a alimentação como direito de todos está se referindo ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) o qual:

[...] realiza-se quando todo homem, mulher, criança, jovem e idoso têm acesso garantido e ininterrupto à alimentação adequada e suficiente, por meios próprios e sustentáveis. O DHAA está intrinsecamente ligado ao direito à vida, na medida em que a alimentação constitui-se em condição fundamental para a sobrevivência do ser humano (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2017, p.8).

Mediante o conceito da PSAN e do DHAA é importante ressaltar o compromisso com os direitos dos seres humanos, assim como os princípios que regem o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, ao atuarem na defesa intransigente dos direitos humanos, na garantia da defesa dos direitos civis, sociais e políticos, com compromisso de ofertar serviços de qualidade à população, em compatibilidade com as suas competências profissionais (BRASIL, 2012a).

Desta forma, aprofundar a pesquisa em relação a um novo campo de atuação de assistentes sociais, sobre o qual existe pouco estudo científico, possibilitará, o amplo conhecimento do fazer profissional na gestão da PSAN, podendo despertar assim o interesse para a realização de novas pesquisas voltados para este campo, bem como subsidiar acadêmicos e profissionais inseridos nesta área.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo desse capítulo é discutir brevemente a conformação do Serviço Social no Brasil, o Movimento de Reconceituação da profissão, o exercício profissional na Contemporaneidade, o assistente social e o debate sobre a Categoria Trabalho, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e o Serviço Social na gestão de políticas públicas.

2.1 A CONFORMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

A gênese do Serviço Social no Brasil, historicamente é “[...] fruto da iniciativa particular de vários setores da burguesia, fortemente respaldada pela Igreja Católica, e tendo como referencial o Serviço Social europeu” (MARTINELLI, 2000, p. 121-122, grifo do autor), e está vinculado às mudanças no modo de acumulação do capital no início da década de 1930, a qual baseava-se na produção e exportação advindas de atividades agrárias no país, e “[...] centrando-se no amadurecimento do mercado de trabalho, na consolidação do pólo industrial e na vinculação da economia ao mercado mundial” (MARTINELLI, 2000, p.122).

O processo revolucionário em curso no Brasil desde a segunda metade da década de 20 vinha exigindo uma rápida recomposição do quadro político, social e econômico nacional. A repressão policial típica da 1ª República, através da qual a burguesia desejava conter o avanço do movimento operário, já não se mostrava mais eficaz (MARTINELLI, 2000, p.122).

As condições de trabalho eram as piores possíveis, então começam a surgir, movimentos sociais para defender a sua própria vida. Formam-se as Sociedades de Resistência e os sindicatos para controlar um pouco da exploração aos trabalhadores (ESTEVÃO, 2006).

Diante da insatisfação das condições de trabalho imputadas aos trabalhadores, o movimento operário entre os anos de 1917 e 1921 crescia notoriamente, e “tornaram patente para a sociedade a existência da “questão social” e da necessidade de procurar soluções para resolvê-la, senão minorá-la” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.176, grifo do autor), o que preocupava a burguesia. “A luta pela vida, pela sobrevivência, pelo trabalho, pela liberdade levava o proletariado a avançar em seu processo organizativo [...]” (MARTINELLI, 2000, p.122).

Unindo-se ao Estado e à Igreja, como poderes organizados, a classe dominante procurava conceber estratégias como força disciplinadora e desmobilizadora do movimento proletariado. Porém os antagonismos que marcavam as relações sociais do sistema capitalista e que penalizavam o trabalhador e sua família já não admitiam mais recursos (MARTINELLI, 2000, p.122).

Portanto, o Estado “[...] buscou o fortalecimento de suas alianças com a Igreja e com os setores mais abastados da burguesia, com os quais dividiu a tarefa de circunscrever a hegemonia do poder ao restrito âmbito da classe dominante” (MARTINELLI, 2000, p. 122).

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014), é nesse mesmo período que surgem algumas instituições assistencialistas, tais como, a Associação das Senhoras Brasileiras (1920) no Rio de Janeiro e, em São Paulo, a Liga das Senhoras Católicas (1923), as quais, diferem suas atividades de mera caridade para atuarem diretamente aos danos gerados pela expansão do capitalismo.

A importância dessas instituições e obras, e de sua centralização, a partir da cúpula da hierarquia, não pode ser subestimada a análise da gênese do Serviço Social no Brasil. Se sua ação concreta é extremamente limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitiram a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.177).

No ano de 1932, a Igreja Católica cria o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), e através deste, realiza o primeiro curso preparatório para realização da ação social, o qual “[...] desempenhou um importante papel no sentido de qualificar os agentes para a realização da prática social [...]” (MARTINELLI, 2000, p.123)

[...] sob a denominação de Curso Intensivo de Formação Social para Moças, foi ministrado pela assistente social belga Adèle de Loneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. A clientela desse primeiro curso foi constituída por jovens católicas, algumas já participantes de atividades assistenciais ou militantes de movimentos da Igreja, e todas pertencentes a família da burguesia paulista (MARTINELLI, 2000, p.123).

Para Martinelli (2000, p. 123), “[...] esse foi o evento que marcou o primeiro passo da longa caminhada do Serviço Social no solo brasileiro, que já se iniciou sob o revelador signo da aliança com a burguesia”. Colocando em prática o projeto conservador burguês, a fim de manter seu poder hegemônico, através do controle dos movimentos sociais e da propagação do capitalismo (MARTINELLI, 2000).

[...] a identidade atribuída ao Serviço Social pela classe dominante era uma síntese de funções econômicas e ideológicas, o que levava à produção de uma prática que se expressava fundamentalmente como um mecanismo de

reprodução das relações sociais de produção capitalista, como uma estratégia para garantir a expansão do capital (MARTINELLI, 2000, p.124).

No ano de 1936 em São Paulo é fundada a primeira Escola de Serviço Social no Brasil, sob os esforços do CEAS “[...] está não pode ser considerada como fruto de uma iniciativa exclusiva do Movimento Católico Laico, pois já existe presente uma demanda – real ou potencial – a partir do Estado [...]” (IAMAMOTO, 2014, p. 186).

Em 1937 é fundada a segunda Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro com a participação das instituições públicas na criação do Serviço Social, além do apoio da alta administração federal, da cúpula da Igreja Católica e do movimento laico (IAMAMOTO, 2014).

Após a criação das primeiras escolas de Serviço Social, ocorre a institucionalização do Serviço Social, quer dizer, pouco a pouco o governo vai criando instituições que vão assumir a assistência social e legalizando a existência da profissão no Brasil (ESTEVÃO, 2006, p. 46).

A primeira instituição pública importante para o Serviço Social foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que possibilitou a organização e a expansão do Serviço Social, ajudando a auxiliar e melhorar a formação técnica dos profissionais (ESTEVÃO, 2006).

Na década de 1940, com estreitamento de relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA), resultou na influência em várias áreas da vida latino-americana, no desenvolvimento do capitalismo e inclusive no Serviço Social, que passou a ter influência norte-americana (AGUIAR, 2011).

Com essa relação, os assistentes sociais brasileiros tiveram a oportunidade de participar de congressos interamericanos de Serviço Social e concessão de bolsas de estudo. Desta forma, o conhecimento dos assistentes sociais brasileiros até então pautado no senso comum e religioso passa a ser científico e técnico (AGUIAR, 2011).

Em 1945, mediante acordo sobre a educação rural no Brasil, entre o Ministério da Agricultura e a Inter-American Educational Foundation, preparou a entrada do Desenvolvimento de Comunidade no país (AMMANN, 1997).

Na década de 1950, a Organização das Nações Unidas (ONU) empenha-se em sistematizar e divulgar a proposta do Desenvolvimento de Comunidade como medida para solucionar os problemas com os próprios esforços da população para

melhorar o nível de vida, mas com apoio do governo no programa de ajuda mútua (AMMANN, 1997).

O contexto do período de 1940 a 1960, o Serviço Social deixa a influência franco-belga e passa a receber uma influência norte-americana, de corrente positivista, nos procedimentos do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade que marcaram o Brasil durante essas décadas (ANDRADE, 2008).

Na década de 1950, no Governo do então Presidente Juscelino Kubitschek, também conhecido como período desenvolvimentista, em que o EUA investe dinheiro no país, com interesse de desenvolver o capitalismo. É também nesse período que há o acirramento da questão social no Brasil e o Serviço Social irá trabalhar de “mãos dadas” com o governo (AGUIAR, 2011).

Na década de 1960, durante o governo de Jânio Quadros o Serviço Social teve grande participação em projetos com a realização da Aliança para o Progresso. Programa esse que nasceu mediante a Revolução Cubana, na intenção de combater a miséria nos países subdesenvolvidos. Os Estados Unidos temendo a propagação do comunismo vai investir no desenvolvimento do continente americano (AGUIAR, 2011).

A Aliança para o Progresso foi instituído em 17 de Agosto de 1961 com a “Carta del Este” através da “Declaração aos povos da América” e com o objetivo de:

Unir todas as energias dos povos e governos das Repúblicas americanas, a fim de desenvolver um magno esforço cooperativo que acelere o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos participantes, para que se consiga alcançar o máximo grau de bem-estar com iguais oportunidades para todos, em sociedades democráticas adaptadas aos seus próprios desejos e necessidades (AGUIAR, 2011, p.124).

Foi também no período de 1960 a 1964 que o Serviço Social assumiu a ideologia desenvolvimentista, buscando elementos para intervir e ajustar os indivíduos ao sistema dominante, a população passa a ter uma nova consciência e a clamar por programas sociais (AGUIAR, 2011).

Com a aproximação do governo ao regime comunista, só aumentava a insatisfação, com a pressão o presidente Jânio Quadros renúncia antes de completar um ano de mandato (AGUIAR, 2011).

João Goulart no ano de 1961 assume a presidência no regime parlamentarista, este que de início tentou agradar a esquerda, a direita e os de centro, mas, logo mostrou sua tendência de esquerda com propostas de reformas de base e o fim do parlamentarismo (AGUIAR, 2011).

Em 1963, cai o regime parlamentarista, mas a insatisfação que já vinha de governos anteriores e principalmente do governo de Jânio Quadros pelos militares, só aumentava, sendo resultado da aproximação do país a países comunistas, e com isso o desejo de governar o país por vias não democráticas crescia (AGUIAR, 2011).

Em abril de 1964, ocorre o golpe militar no país, pondo fim ao governo de Jango, até hoje não se sabe com certeza se o presidente foi convidado a se retirar do poder pelos militares ou renunciou, se houvesse tido resistência contra os militares haveria uma guerra civil, quem se rebelou foram os intelectuais da época, liderados pela Bossa Nova, pelo movimento estudantil da União Nacional dos Estudantes (UNE), pela igreja católica (teologia da libertação) e classe média alta (AGUIAR, 2011).

A dualidade de classe fica mais forte, e com o golpe militar ocorre o fechamento dos sindicatos, que passam a atuar na clandestinidade e os profissionais de Serviço Social ficam divididos, contra e a favor do Estado, pois, com a prática que era realizada não acabava com a pobreza, mas ainda não havia uma base a ser seguida (AGUIAR, 2011).

Com o crescimento das universidades públicas, os estudantes passam a ter acesso a teorias, e a tomarem consciência da realidade. Estes passam a se reunir e questionar o Estado, e é nesse período que o Serviço Social passa a trabalhar diferente das damas da caridade, com duas perspectivas de Desenvolvimento de Comunidade, uma conservadora: ortodoxa, acrítica, apolítica e aclassista e outra contra hegemônica: crítica, de transformação da realidade e mudanças estruturais (AGUIAR, 2011).

De acordo com Aguiar (2011), desde o início da década de 1960, existiam por parte de alguns grupos de assistentes sociais, questionamentos acerca da natureza e a operacionalidade do Serviço Social (AGUIAR, 2011).

Esse questionamento é o da validade do corpo teórico do Serviço Social em face à realidade da América Latina. No Brasil esse questionamento se fez por um número significativo de assistentes sociais, quer pelos que estavam comprometidos com os programas do governo mas que desejavam

reformas, quer por aqueles mais ligados com o povo (AGUIAR, 2011, p.159).

Tais questionamentos são afirmados a partir da realização de seminários, sendo o primeiro Seminário realizado em Porto Alegre, no ano de 1965, onde foi enfatizado o processo de desenvolvimento, a necessidade de um Serviço Social latino-americano possuidor de uma teoria própria, sob uma perspectiva do desenvolvimentismo e consciente da necessidade de mudança dos marcos filosóficos do primórdio da profissão, visando entendimento do seu papel como profissão na sociedade atual, os participantes até hoje são lembrados e conhecidos como “geração 65” (AGUIAR, 2011).

Em 1967, foi realizado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) o 1º Seminário de Teorização do Serviço Social em Araxá, a partir daí tem-se o início de uma nova fase, de Reconceituação, a qual, mediante o cenário político nacional brasileiro, se fazia necessário “[...] uma tentativa significativa, de maneira conjunta e internacional, de estudar e teorizar a Metodologia do Serviço Social” (AGUIAR, 2011, p.147).

Reconceituar significa “conceituar de novo”, e isto supõe a existência de conceitos “velhos” ou que precisam ser revistos ou substituídos. De início a reconceituação nasceu do desejo de superar o Serviço Social tradicional, que foi transplantado da Europa e dos Estados Unidos, e adequá-lo à realidade latino-americana (AGUIAR, 2011, p. 160).

O 1º Seminário de Teorização do Serviço Social resultou no Documento de Araxá, tal documento é dotado de uma perspectiva liberal, nele o Serviço Social se expressa no sentido de reconhecer o seu exercício profissional como um agente funcional à ordem capitalista vigente, realizando adequações diante das imperfeições existentes nesse sistema “[...] em que assistencialismos, tomismo, funcionalismo e desenvolvimentismo nada mais são que referências ideológicas das mudanças sociais que marcam em cada época a busca da cientificidade ou racionalidade que confirmam respeito” (AGUIAR, 2011, p.169).

Em janeiro de 1970 tem-se o segundo encontro realizado em Teresópolis no Rio de Janeiro, o qual gerará o documento de Teresópolis. “Se o Documento de Araxá se apresenta como um texto orgânico, expressando sistematicamente o que emergiu de consensual entre os seus formuladores, o Documento de Teresópolis tem características diversas” (NETTO, 2011, p. 177).

Para Netto (2011, p.192), o Documento de Teresópolis, de modo geral vem propor para os técnicos de Serviço Social uma formação mais ampla e diversificada em conhecimentos, evidenciando que a formação dos técnicos até então existente não atendia às propostas do documento, cujo qual exige um profissional “[...] capaz de se mover com uma familiaridade mínima entre disciplinas acadêmicas como Planejamento, a Administração, a Estatística, a Política Social, a Economia, os mais diversos ramos da Sociologia etc.”.

Teresópolis determinava uma requalificação profissional, com uma ponderável modificação nos seus quadros intelectuais de referência – e a inscrição do Serviço Social no mundo acadêmico, já em curso quando da realização do seminário de 1970, haveria de algum modo de responder à demanda da criação de condições para a formação reclamada (NETTO, 2011, p. 192).

Após a realização dos seminários de Araxá e Teresópolis, os quais, para o Serviço Social representam pontos marcantes da perspectiva modernizadora, nos anos de 1978 e 1984 são realizados respectivamente os colóquios de Sumaré e Alto da Boa Vista no Rio de Janeiro, infelizmente nenhum dos dois seminários obtiveram a importância e a repercussão dos anteriores, demonstrando claro distanciamento a perspectiva modernizadora em ambos os seminários (NETTO, 2011).

A documentação do Sumaré e Alto da Boa Vista está para o deslocamento da perspectiva modernizadora assim como o estão, para o seu momento ascendente, os documentos de Araxá e Teresópolis. No tocante à dimensão ideopolítica, a expectativa também não se comprovou cabalmente: nos dois seminários, notadamente no do Alto da Boa Vista, é perceptível um movimento de abertura a referências distintas do caldo conservador (NETTO, 2011, p.195).

“Efetivamente, é ainda no marco dos Seminários do Sumaré e do Alto Boa Vista que ressoam as formulações da vertente renovadora a que denominamos *reatualização do conservadorismo* [...]” (NETTO, 2011, p.201, grifo do autor).

É na perspectiva de renovação do Serviço Social dentro da dialética de ruptura que acontece a “[...] continuidade com o passado profissional, a ponderabilidade maior da herança profissional, sem prejuízo dos elementos renovadores que apresenta” (NETTO, 2011, p.202).

O lastro conservador não foi erradicado do Serviço Social pela perspectiva modernizadora [...] ela explorou particularmente o seu vetor reformista e subordinou as suas expressões às condições das novas exigências que a “modernização conservadora” colocou ao exercício profissional (NETTO, 2011, p.202).

Todavia, é nesse contexto que acontece a aproximação ao pensamento crítico-dialético através da perspectiva modernizadora e das correntes profissionais,

desencadeando como é caracterizado este momento, como intenção de ruptura (NETTO, 2011).

De acordo com Netto (2011, p.159), a perspectiva de intenção de ruptura tem seu desenrolar diferente da modernizadora e da reatualização do conservadorismo, pois, “[...] esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos”.

“Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador)” (NETTO, 2011, p.159).

[...] sua formação inicial, e aliás a mais abrangente, tem por cenário a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais -, esta perspectiva aí permanecerá como inteiramente marginal até o fim daquela década; só na virada do decênio é que ganha a repercussão para além dos muros da academia e começa a rebater com visibilidade nos foros e organismos da categoria profissional, tornando-se, em meados da década de oitenta, um interlocutor tão destacado no debate dos assistentes sociais, que inclusive, pode oferecer ao observador, desavisado a impressão (falsa) de desempenhar na representação profissional um papel hegemônico (NETTO, 2011, p. 247-248).

Para Martinelli (2000, p.146), o Serviço Social após romper com a alienação, através de um logo processo no bojo do Movimento de Reconceituação, processo esse que se constituiu diante de amplo debate entre alienação e crítica dentro da categoria, passa a se posicionar no sentido de conquistar, através de lutas, “[...] novas superações dialéticas, pela expansão da consciência política da categoria profissional, pela ampliação de espaços para a produção do novo”.

De acordo com Martinelli (2000, p. 146-147) é ainda durante os acontecimentos nas décadas de 1970 e 1980 que os profissionais de Serviço Social passam a se:

[...] Identificar como um grupo portador de um projeto profissional comum, construído com base em uma consciência política coletiva do papel que desempenha, e que deveriam desempenhar, na totalidade do processo social, os agentes colocavam-se em condições de ingressar no universo da “classe para si” do movimento operário, superando sua própria consciência burguesa e participando da prática política da classe operária.

O projeto profissional apontado acima pela autora faz referência ao Projeto Ético Político do Serviço Social. “Esse projeto profissional e de formação, hoje hegemônico, é historicamente datado. É fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil desde a crise da ditadura [...]” (IAMAMOTO, 2004, p.50).

O significado do momento histórico entre o fim da década de 1970 e início da década de 1980 para o exercício profissional da categoria “[...] correspondeu um avanço significativo da prática social, especialmente no sentido de que passou a ter um novo ponto de ancoragem, construído com base nas alianças com a classe trabalhadora” (MARTINELLI, 2000, p.147).

O fim da década de 1980 é marcado pela crise da ditadura militar, pela aprovação da Constituição Federal de 1988 e pelas pressões da população através das lutas de movimentos sociais que reivindicavam a democracia no país. Diante desses fatos os profissionais da época se posicionaram politicamente tornando-se “[...] co-autores, co-participantes desse processo de lutas democráticas na sociedade brasileira. Encontra-se aí a base social da reorientação da profissão nos anos 1980” (IAMAMOTO, 2004, p.50-51).

As conquistas do Serviço Social até a década de 1980 foram decisivas para a categoria, possibilitando avanços ainda mais significativos para a profissão no cenário contemporâneo.

2.1.1 O Serviço Social no cenário contemporâneo

O Serviço Social adentra à década de 1990 com grandes avanços e qualidade na formação de novos profissionais, tendo como resultado visibilidade adquirida junto à sociedade através do novo Código de Ética do Assistente Social de 1993, das modificações e adequações em sua legislação e da revisão do ensino na academia, sendo respaldado “[...] como uma categoria que também é pesquisadora, reconhecida, como tal, pelas agências de fomento” (IAMAMOTO, 2004, p. 51).

Para Iamamoto (2004, p.50, grifo do autor):

A década de 1980 foi extremamente fértil na definição de rumos técnico-acadêmicos e políticos para o Serviço Social. Hoje existe um projeto profissional, que aglutina segmentos significativos de assistentes sociais no país, amplamente discutido e coletivamente construído ao longo das últimas décadas. As diretrizes norteadoras desse projeto se desdobraram no *Código de Ética Profissional do Assistente Social*, de 1993, na *Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social* e, hoje, na nova *Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*.

O Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993 direciona os profissionais em relação ao posicionamento ético-político a ser seguido, para a realização do fazer profissional (IAMAMOTO, 2004).

“Afirma, *como valor ético central*, o compromisso com a nossa parceria inseparável, a *liberdade*. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho [...]” (IAMAMOTO, 2004, p.77, grifo do autor).

De acordo com Iamamoto (2004) constam no Código de Ética, princípios que norteiam o exercício profissional, os quais revelam os rumos a serem seguidos, e caracterizam-se por se tratarem de compromissos firmados pelos profissionais.

Além do Código de Ética, o profissional de Serviço Social passou a ter como base para a realização do seu trabalho nos diversos espaços sócio - ocupacionais as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, a partir do ano de 1996, com a aprovação das novas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (PEREIRA, 2015).

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 13).

Pereira (2015, p. 05) define as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política como sendo:

A primeira dimensão se refere à capacidade de apreensão do método e das teorias e sua relação com a prática, na ação profissional. A segunda se relaciona aos objetivos e finalidades das ações do assistente social e os princípios e valores humano genéricos que os guiam. Já a terceira faz alusão à capacidade de o profissional articular meios e instrumentos para materializar os objetivos, com base nos valores concebidos.

De acordo com Pereira (2015) através das dimensões acima citadas é possível obter níveis diferenciados de compreensão da realidade da profissão, porém, a autora deixa claro que são dimensões que formam uma unidade, e que não devem ser consideradas separadamente, o que ainda ocorre em alguns casos por profissionais que insistem no discurso de que “na prática a teoria é outra”.

Pereira (2015, p.6) explica que esse discurso é resultado da falta “[...] de apreensão da inter-relação entre dimensões que conformam os fundamentos teórico-

metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do processo de trabalho do assistente social”.

E ocorre “[...] devido a uma apreensão equivocada da teoria, em que se acredita que ela se transforma de forma imediata em prática e que, por si só, oferece os procedimentos para a intervenção” (PEREIRA, 2015, p.6).

Para a realização da prática do assistente social e a sua intervenção necessária, antes é preciso entender a realidade que está posta e as expressões da questão social que se apresentam em determinado campo de atuação, e para tal, é essencial o domínio da teoria (PEREIRA, 2015).

Portanto, a competência teórico-metodológica é indispensável para a formação profissional, pois, sem ela, uma intervenção com qualidade fica prejudicada, visto que é a teoria que vai iluminar o significado social da ação, ultrapassando, dessa forma, o conhecimento do senso comum (PEREIRA, 2015, p.06).

“Mas, como ressaltado anteriormente, as três dimensões dos fundamentos do Serviço Social devem ser sempre vistas em um conjunto, portanto, nenhuma pode ou deve ser considerada mais importante que a outra” (PEREIRA, 2015, p.6).

Dessa forma, visando a ação e os procedimentos do assistente social, a dimensão técnico-operativa “[...] deve ser concebida além das capacidades técnicas e instrumentais, incluindo o conjunto de ações e procedimentos adotados pelo assistente social, visando à consecução de uma determinada finalidade [...]” (PEREIRA, 2015, p.6).

Constitui o instrumental técnico da dimensão técnico-operativa do Serviço Social as “[...] estratégias, táticas, instrumentos, técnicas, conhecimentos específicos, procedimentos, ética, cultura profissional e institucional, particularidades dos contextos organizacionais” (SANTOS apud PEREIRA, 2015, p.6).

“E para que o assistente social possa desenvolver essas ações, lança mão de ferramentas, que são os instrumentos e técnicas, como a observação, a abordagem individual e coletiva, a entrevista, os grupos e reuniões, a visita domiciliar [...]” (PEREIRA, 2015, p.7).

E não menos importante a dimensão ético-política, é a dimensão que caracteriza a atuação ética do assistente social. E de acordo com Pereira (2015, p. 7): “Ao se falar em ética na profissão de Serviço Social, necessariamente se relaciona aos valores e princípios protegidos pelo Código de Ética”.

De acordo com Pereira (2015, p.8) a dimensão ético-política do Serviço Social está vinculado à política, e é evidenciado a partir do momento em que a categoria tem como objetivo “[...] a construção de sujeitos coletivos em uma sociedade livre e democrática”.

É ainda importante ressaltar alguns elementos que as novas Diretrizes Curriculares do Serviço Social aponta em relação a ruptura com o que predominava na profissão, na década de 1980 (IAMAMOTO, 2004).

De acordo com lamamoto (2004, p. 57, grifo do autor) “O primeiro é *considerar a questão social como base de fundação sócio-histórica do Serviço Social* e o segundo é *apreender a ‘prática profissional’ como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho*”.

A questão social passou a ser o objeto de trabalho dos assistentes sociais, através de suas múltiplas expressões, sendo ela a promotora de intervenções “[...] junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são matéria- prima ou o objeto de trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2004, p.62).

Para lamamoto (2004) quando o profissional se debruça em conhecer a realidade, ele está pesquisando acerca do seu objeto de trabalho, onde ele irá intervir para que haja mudanças.

“Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero *pano de fundo* para o exercício profissional, tornando-se *condição do mesmo*, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho” (IAMAMOTO, 2004, p.62, grifo do autor).

Dar conta das particularidade das múltiplas expressões da questão social na história da sociedade brasileira é explicar os processos sociais que as produzem e reproduzem e como são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivenciam em suas relações sociais cotidianas (IAMAMOTO, 2004, p. 62).

Conhecer a relação dos sujeitos no dia a dia com as múltiplas expressões da questão social se configura como campo de trabalho do assistente social e para intervir nesse campo de trabalho, é necessário o uso instrumentos (IAMAMOTO, 2004).

De acordo com lamamoto (2004, p.62) ao pensar nesses instrumentos, na maioria dos casos “[...] tem-se uma visão dos instrumentos de trabalho como um “arsenal de

técnicas”: entrevistas, reuniões, plantão, encaminhamento etc. Mas a questão é mais complexa. Quais são os meios de trabalho do Assistente Social?”.

Esse entendimento acerca dos instrumentos apenas como técnicas, deixa de ser suficiente, e o conhecimento passa a ser um meio de trabalho do assistente social, o qual ao acessar as bases teórico-metodológicas tem em suas mãos propriedades importantíssimas para a execução da atuação profissional (IAMAMOTO, 2004).

Assim, o conhecimento não é só um *verniz* que se sobpõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridas pelo Assistente Social ao longo do seu processo formativo são partes do acervo de seus meios de trabalho (IAMAMOTO, 2004, p.63, grifo do autor).

O Serviço Social apesar de ser uma profissão liberal regulamentada, não se insere na sociedade desse modo, isso ocorre pelo motivo do profissional não possuir “[...] *os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiros, técnicos e humanos necessários ao exercício profissional autônomo*” (IAMAMOTO, 2004, p.63, grifo do autor).

Isso significa que para o exercício profissional, é necessário a contratação e disponibilização de meios pelas entidades empregatícias, assim como dos recursos para atuação em programas e projetos a serem desenvolvidos nas instituições (IAMAMOTO, 2004).

“Portanto, a condição de trabalhador assalariado não só enquadra o Assistente Social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas *molda* a sua inserção socioinstitucional na sociedade brasileira” (IAMAMOTO, 2004, p.63, grifo do autor).

O assistente social para a realização de seu trabalho dispõe de acordo com lamamoto (2004, p.63, grifo do autor):

[...] de *relativa autonomia* na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, *na organização da atividade*, do Estado, da empresa, entidades não-governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional.

Outro elemento importante citado acima, quando nos referimos aos elementos que compõem as novas Diretrizes Curriculares, é pensar a prática profissional como trabalho, e o que é trabalho? (IAMAMOTO, 2004).

2.1.2 As mudanças no mundo do trabalho e os rebatimentos ao exercício profissional do Assistente social

O trabalho tem vários significados, para muitos lembra sentimentos diversos, sofrimento, tortura, esforço e fadiga, enquanto para outros peso e exaustão. Mas também significa criação de instrumento para sobrevivência e realização (ALBORNOZ, 2008).

Segundo Albornoz (2008, p.10-11) “No dicionário filosófico, você poderá encontrar que o homem trabalha quando põem em atividade suas forças espirituais ou corporais, tendo em mira um fim sério que deve ser realizado ou alcançado [...]”.

O trabalho é fundante do ser social, através dele pôde se formar a primeira divisão de trabalho, a linguagem atrelada ao ato laborativo, pensar como centro do progresso da humanização do homem que deu um avanço que possibilitou um salto ontológico de pré-humanas para o ser social (ANTUNES, 1999).

O trabalho, portanto, configura-se como protoforma da práxis social, como momento fundante, categoria originária, onde os anexos entre causalidade e teleologia se desenvolvem de modo substancialmente novo; o trabalho como categoria de mediação, permite o salto ontológico entre os seres anteriores e o ser que se torna social (ANTUNES, 1999, p. 145).

Toda espécie animal realiza atividades que atendam suas necessidades de sobrevivência, como o exemplo do joão-de-barro que constrói sua casa instintivamente, e da mesma forma a abelha ao construir sua colmeia e recolher pólen, sendo realizados de forma geneticamente natural (NETTO, 2007).

Já o homem através do trabalho transforma matérias naturais em produtos para sua satisfação material. O trabalho humano é teleológico e se distingue dos animais pela capacidade que o homem tem de pensar, projetar e realizar (NETTO, 2007).

Para muitos, o que diferencia o trabalho humano do trabalho instintivo animal é que, o homem tem a capacidade da consciência e intenção de realizar algo, pois projeta antes de realizar qualquer instrumento, enquanto os animais são impossibilitados, pois, trabalham de forma programada e sem consciência (ALBORNOZ, 2008).

Somente o trabalho tem na sua natureza ontológica um caráter claramente transitório. Ele é em sua natureza uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto com a natureza inorgânica (...), quanto com a orgânica, inter-relação (...) que se caracteriza acima de tudo pela passagem

do homem que trabalha, partindo do ser puramente biológico ao ser social (...) (LUKÁCS apud ANTUNES, 1999, p.136).

Agora para trabalhar produtivamente, na visão capitalista não necessariamente precisa pôr a mão na massa, basta fazer parte como trabalhador em uma coletividade e realizar o trabalho exposto. Mas olhando por outro lado, esse trabalho produtivo no capitalismo não é apenas produção de mercadorias, mas vender a força de trabalho para que obtenha a mais-valia para a autovalorização do capital (IAMAMOTO, 2011).

O trabalho produtivo é classificado no capital como troca de dinheiro da força de trabalho do trabalhador, mas que na verdade o que especificamente importa não é o valor de uso ou valor de troca, e sim a criação de mais-valia (IAMAMOTO, 2011).

A produtividade do trabalho supõe, portanto, uma relação social determinada: o trabalho, como trabalho assalariado, e os meios de trabalho, como capital. O capital está formado por mercadorias sendo, duplamente, *valor de troca* (dinheiro) - pois é valor que se valoriza, fruto da troca de uma quantidade dada de trabalho materializado por uma maior quantidade de trabalho vivo e *valor de uso*, tal como se manifesta nas relações dentro do processo de trabalho [...] (IAMAMOTO, 2011, p. 74-75, grifo do autor).

É considerado trabalho produtivo quando do ponto de vista do proprietário do dinheiro e não do trabalhador, por exemplo, um trabalhador é produtivo quando devolve mais trabalho ao capitalista do que recebe como salário. Sendo improdutivo o trabalho de um alfaiate ao ir à casa do capitalista e produzir valor de uso (IAMAMOTO, 2011).

O trabalho improdutivo não quer dizer trabalho inútil, apesar de não produzir mais-valia. Todo trabalho produzido é útil, porém não gera valor a ser apropriado pelo capitalista, este valor ao qual está diretamente ligado a produção de mercadorias, que só é realizado no trabalho produtivo (NETTO, 2007).

Diante do exposto, observa-se que a compreensão da práxis do Serviço Social torna-se imprescindível ao identificá-lo como trabalho abstrato que sofre todas as refrações impostas pelo sistema capitalista, que se espalha a tantos/as outros/as que sobrevivem a partir da venda de sua força de trabalho em troca de salário. Compreender tal questão, sedimentada no entendimento do trabalho concreto como fundante do ser social e de toda existência humana, torna-se mais que salutar ao nos possibilitar desvendar a função social da profissão (COSTA; MADEIRA, 2013, p.109).

É necessário ter a compreensão de que a profissão de assistente social na sociedade atual é um tipo de trabalho, e essa afirmação vem desde a década de 1980. E segundo Iamamoto (2004, p. 22, grifo do autor): “[...] o Serviço Social é uma

especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade”.

As mudanças históricas estão hoje alterando tanto a divisão do trabalho na sociedade, quanto a divisão técnica do trabalho no interior das estruturas produtivas, corporificadas em novas formas de organização e de gestão do trabalho. Sendo o Serviço Social uma especialização do trabalho na sociedade, não foge a esses determinantes, exigindo apreender os processos macroscópicos que atravessam todas as especializações do trabalho, inclusive, o Serviço Social (IAMAMOTO, 2004, p.22).

Foi na década de 1980 que o modo de produção no mundo do trabalho sofreu uma grande reestruturação produtiva, resultado da crise do sistema capitalista, e do salto tecnológico, da automação, robótica e microeletrônica as quais invadiram o universo fabril (ANTUNES, 2000).

De acordo com lamamoto (2004, p.30):

O desenvolvimento profissional do Serviço Social e a expansão de seu mercado de trabalho ocorrem nos marcos do padrão taylorista/fordista e da regulamentação keynesiana da economia. A crise desse padrão de acumulação eclode em meados da década de 1970, quando a economia mundial apresenta claros sinais de estagnação, com altos índices inflacionários e com uma mudança na distribuição do poder no cenário mundial.

O taylorismo e o fordismo já não atendendo a lógica do mercado, passam a ser substituídos pela flexibilização de produção, ou seja, novos padrões de produtividade, dando lugar ao toyotismo ou modelo japonês (ANTUNES, 2000).

“O elemento causal da crise capitalista seria encontrado nos excessos do fordismo e da produção em massa, prejudiciais ao trabalho, e supressores da sua dimensão criativa [...]” (SABEL e PIORE apud ANTUNES, 2000, p. 26).

O toyotismo é uma resposta da crise do fordismo dos anos 70. Ao invés do trabalho desqualificado, o operário torna-se polivalente. Ao invés da linha individualizada, ele se integra em uma equipe. Ao invés de produzir veículos em massa para pessoas que não conhece, ele fabrica um elemento para a ‘satisfação’ da equipe que está na sequência da sua linha (GOUNET apud ANTUNES, 2000, p.36).

Diferente do fordismo, o modo de produção no toyotismo é regido pela demanda, sendo determinante para a produtividade, no qual sustenta-se no estoque mínimo, de acordo com a necessidade de consumo (ANTUNES, 2000).

Devido as exigências do mercado, foi preciso flexibilizar a produção para se obter resultados no melhor tempo e com qualidade. O operário que antes operava uma

máquina passou a operar várias máquinas, essa capacidade sendo chamada polivalência do trabalhador (ANTUNES, 2000).

“Coriat fala em *desespecialização e polivalência* dos operários profissionais e qualificados, transformando-os em *trabalhadores multifuncionais*” (CORIAT apud ANTUNES, 2000, p. 34, grifo do autor).

“O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado [...]” (ANTUNES, 2000, p.36).

Para efetivação da flexibilização produtiva foi necessário à flexibilização dos trabalhadores, e dos direitos trabalhistas, historicamente conquistados, sendo os mesmos eliminados do mundo da produção de acordo com a necessidade do mercado consumidor (ANTUNES, 2000).

Essas mudanças no mundo do trabalho, afetam diretamente a classe operária de acordo com Antunes (2000, p.49, grifo do autor).

[...] verificou - se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma *subproletarização* intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado [...].

Para Antunes (2000) o resultado de toda essa transformação no mundo do trabalho é o crescente desemprego estrutural em todo o mundo. É possível observar a redução do operariado fabril, e ao mesmo tempo o aumento do subproletariado através da terceirização, a precarização do trabalho e novas formas de assalariamento no setor de serviços.

A heterogeneização com a introdução do trabalho feminino, a exclusão dos mais jovens e dos mais velhos, a fragmentação com a perda da força dos sindicatos e a complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 2000).

A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos... Na Inglaterra, os ‘trabalhadores flexíveis’ aumentaram em 16%, alcançando 8,1 milhões entre 1981 e 1985, enquanto os empregos permanentes caíram em 6%, ficando em 15,6 milhões...Mais ou menos no mesmo período, cerca de um terço dos dez milhões de novos empregos criados nos EUA estavam na categoria ‘temporário’(HARVEY apud ANTUNES, 2000, p.52-53).

“[...] a redução *quantitativa* do operariado industrial tradicional dá-se uma alteração *qualitativa* na forma de *ser* do trabalho, que de um lado impulsiona para uma maior *qualificação* do trabalho e, de outro, para uma maior *desqualificação*” (ANTUNES, 2000, p.55, grifo do autor).

Segundo Antunes (2000, p. 58, grifo do autor) outra consequência no interior da classe trabalhadora muito importante é a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, o que se torna incompatível a lógica do capital, pois:

[...] enquanto perdurar o modo de produção capitalista, não pode se concretizar a eliminação do trabalho como fonte criadora de valor, mas, isto sim, uma mudança no interior do processo de trabalho, que decorre do avanço científico e tecnológico e que se configura pelo peso crescente da dimensão mais *qualificada* do trabalho, pela *intelectualização do trabalho social*.

As mudanças ocorridas no universo da classe trabalhadora, desqualificou, diminuiu ou desapareceu com setores e áreas de trabalho as quais foram informatizadas. Acrescenta-se também a desqualificação de vários setores operários, resultado de diversas transformações, o que ocasionou a desespecialização do operariado fordista (ANTUNES, 2000).

Em relação a essa desespecialização dos operários, resultante do trabalhador multifuncional criado pelo toyotismo, o que foi uma afronta ao saber profissional dos operários qualificados, pois diminuiu a participação na produção e intensificou o trabalho (ANTUNES, 2000).

Os trabalhadores qualificados enfrentaram esse movimento de *desespecialização* como um ataque a sua profissão e qualificação bem como ao poder de negociação que a qualificação lhes conferia, realizando inclusive greves contra esta tendência (CORIAT apud ANTUNES, 2000, p. 61).

A classe trabalhadora intensificou-se ainda mais onde é possível observar no centro do processo produtivo, ou seja, trabalhadores do centro, inseridos nas empresas com maior segurança no trabalho permanecendo em tempo integral (ANTUNES, 2000).

Os trabalhadores da periferia se dividem em dois subgrupos: Trabalho manual menos especializado e trabalho temporário. O primeiro grupo é caracterizado por sua alta rotatividade, por tempo integral e é facilmente encontrado no mercado de trabalho (ANTUNES, 2000).

E o segundo grupo inclui empregados casuais, em tempo parcial, com contratos por tempo determinados, e que possuem menos segurança no emprego, sendo o seguimento que mais cresce nos últimos anos (ANTUNES, 2000).

É é nesse contexto que de acordo com Iamamoto (2004, p. 18) “[...] a pauperização e a exclusão são a outra face do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, dos meios de comunicação, da produção e do mercado globalizado”.

Diante dessa realidade segundo Iamamoto (2004, p.18, grifo do autor):

[...] os Assistentes Sociais são desafiados *neste tempo de divisas, de gente cortada em suas possibilidades de trabalho e de obter meios de sobrevivência, ameaçada na própria vida*. Tempos de crise, em que cresce o desemprego, o subemprego, a luta por meios para sobreviver no campo e na cidade. Tempos extremamente difíceis para todos que vivem do trabalho: para a defesa do trabalho e para a organização dos trabalhadores.

É também um desafio na atualidade para o assistente social em seu cotidiano, ao se deparar com as demandas emergenciais, responde-las de modo criativo, viabilizando direitos através da leitura da realidade, realizando um trabalho propositivo além de executivo (IAMAMOTO, 2004).

Contudo mesmo diante desses desafios as demandas que atualmente o assistente social é demandado, vão além de implementação e execução de políticas sociais públicas, os quais passaram a atuar na formulação e elaboração de políticas públicas como também ocupar cargos de gestão de tais políticas (IAMAMOTO, 2004).

Para atender a essas demandas, o trabalho do assistente social não pode se resumir em atividades rotineiras e tarefas, que apenas cumpre horário para a realização de atividades realizadas em um emprego comum (IAMAMOTO, 2004).

Contudo a atuação do profissional de Serviço Social de acordo com Iamamoto (2004, p. 21) “É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais”.

Isso significa que esse profissional não fica preso as rotinas institucionais, mas que se preocupa em interpretar o movimento da realidade para apreender possíveis intervenções a serem realizadas.

2.1.3 Serviço Social na gestão pública

Historicamente os assistentes sociais exerciam sua atuação profissional exclusivamente na execução de políticas sociais, embora isso ainda seja preponderante na profissão, a categoria vem ocupando novos espaços de trabalho como a gestão dos serviços e políticas sociais (NEVES; SANTOS; SILVA, 2012), “[...] desenvolvendo, principalmente, um trabalho de alta relevância nas políticas da Seguridade Social, em sua execução, planejamento, gestão, monitoramento e avaliação” (NEVES; SANTOS; SILVA, 2012, p.175).

De acordo com o art. 2º, alínea ‘c’ do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993, constitui direito do assistente social “[...] participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais” (BRASIL, 2012a, p. 26).

De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662 de 1993, no Art. 4º, do inciso I ao X, indica-se as competências dos assistentes sociais, as quais também expressam o caráter da gestão, sendo:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

[...]

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

[...] (BRASIL, 2012a, p.44-45).

Tais funções ou atividades podem ser exercidas por profissionais também de outras áreas, pois não são atribuições privativas dos Assistentes Sociais, mas sim competências profissionais, ou seja, atividades desenvolvidas na esfera privada, no terceiro setor, mas principalmente no âmbito do Estado, mediante a esfera

governamental. Sendo que a gestão deve ser exercida sob compromisso ético-político, assim como a execução de qualquer outro serviço (BARROCO; TERRA, 2012).

Diante de tais evidências o assistente social atua nesta atividade profissional, porém na perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social que “[...] vincula-se a um projeto societário que propõem a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero” (NETTO apud BARROCO; TERRA, 2012, p. 144).

A gestão social, em seu sentido mais abrangente, refere-se à esfera pública, ou seja, à “[...] gestão das demandas e necessidades dos cidadãos”, e acima de tudo uma ação pública com o compromisso de garantir aos cidadãos o acesso aos bens e serviços de qualidade. (CARVALHO apud YAZBEK, 2001, p.51).

Para a consolidação de uma política pública é necessário que o gestor, que é um dos protagonistas da política, atue na direção da concretização da política a qual está inserido, exercendo um papel desafiador a partir do conhecimento das diversas realidades, sendo pontos importantes para a identificação, o debate e a formulação das políticas sociais. Desta maneira, seu exercício deve assumir compromisso com a equidade e a justiça, buscando fortalecer a participação popular na formulação e consulta pública para a gestão social (MARTINS, 2001).

É necessário que o gestor trabalhe numa perspectiva consciente do que é gestão pública, levando em consideração a caracterização do público alvo dessa política.

De acordo com Martins (2001, p. 83):

[...] essa caracterização envolve os limites entre Estado/governo, entre política/administração, decisões/políticas públicas, enfoque organizacional/institucional, ou seja, é preciso superar a visão restrita de pensar a administração pública na moldura de soluções organizacionais e institucionais, sem referências aos condicionantes estruturais- econômicos, às relações de poder entre pessoas, grupos e classes sociais.

São fundamentais no processo de gestão pública alguns aspectos, como o seu caráter público e democrático para a garantia da participação, que é um dos pontos essenciais das políticas públicas, através da prestação de informações para a destinação dos recursos e do controle social, mantendo o diálogo com os diversos seguimentos da sociedade como os fóruns e conselhos de assistência social, para a ampliação de debates junto aos representantes desses seguimentos (MARTINS, 2001).

[...] usuários, trabalhadores e entidades prestadoras de serviços, para que juntos busquem a direção política desejada e necessária à realidade local,

estadual ou nacional. Nesse contexto, é urgente o fortalecimento das organizações de representantes dos usuários, que em muitas situações, têm sua participação assumidas por pessoa que não representam seus interesses de forma legítima (MARTINS, 2001, p.84).

Um aspecto também essencial é o respeito com os cidadãos e cidadãs, através de uma postura ética e compromissada com os usuários, oferecendo a eles um atendimento eficiente, através da valorização dos recursos humanos nos órgãos gestores, sendo eles estruturados e adequados para o atendimento e realização das ações que a política operacionaliza, o que na prática não acontece (MARTINS, 2001).

“É comum presenciarmos situações em que o órgão gestor não tem o devido e adequado número de servidores para o desempenho do conjunto de ações presentes na operacionalização da política” (MARTINS, 2001, p.84-85).

No âmbito da gestão estadual da política de Assistência Social o gestor estadual, através desse conjunto de aspectos e responsabilidades, irá realizar um planejamento pautado em uma gestão participativa, com o intuito de enfrentar as várias ações para sua construção, para isso é necessário que o gestor seja capacitado e determinado politicamente, devendo contar com uma equipe técnica qualificada para enfrentar os vários obstáculos e situações que se colocam diante dos direcionamentos a serem tomados na gestão da política pública (MARTINS, 2001).

Para Yamamoto (2004, p.125), o gestor deve possuir conhecimento acerca “[...] do contexto político e constitucional da gestão governamental; aprendizado para agir sob constante pressão política; habilidade para operar dentro de metas pré-fixadas por lei, em estruturas organizacionais sob controle do sistema jurídico”.

Para que a gestão social responda de forma efetiva às demandas dos usuários, é necessário que se atente para as pressões e reivindicações dos usuários e, principalmente da classe mais empobrecida, população mais atendida pela assistência social (YAZBEK, 2001).

Desta forma, é evidente que a gestão social pressupõe a participação de diversos atores e parcerias que apresentem referências para a construção de políticas sociais, buscando sempre manter responsabilidade e a centralidade do Estado, para que não haja confusão com o papel de cada um (YAZBEK, 2001).

É importante ressaltar a importância da transparência na maneira como as políticas socioassistenciais serão implantadas, transparência essa que é essencial para uma gestão pública e democrática (YAZBEK, 2001).

Nesse sentido o gestor pode contar com os Conselhos, os quais irão promover um debate, ou seja, um espaço para debates mais amplos as discussões (MARTINS, 2001).

Não há gestão sem controle social que, particularmente para a Assistência Social pela mediação dos Conselhos, vem expressando uma possibilidade concreta de construção de mecanismos públicos e plurais de negociação, regulada pelo reconhecimento de direitos (YAZBEK, 2001, p.53).

Em um período de políticas neoliberais, se faz necessário reforçar o papel da sociedade civil como um sujeito de resistência a essas políticas, com o propósito de impedir o agravamento dos problemas sociais. Vale ressaltar a importância da participação do profissional assistente social, sendo eles (YAZBEK, 2001):

[...] profissionais que historicamente ganharam legitimidade e reconhecimento no interior dos equipamentos sócio-assistenciais, no âmbito das políticas sociais, como seus operadores e gestores. Cabe a estes profissionais uma reflexão no sentido de seu protagonismo na construção do projeto político de uma Assistência Social alicerçada dos direitos de seus usuários e superadora do assistencialismo (YAZBEK, 2001, p.53-54).

O assistente social que sempre atuou na execução de políticas, no contato direto com os usuários, conquistou seu espaço também na gestão, realizando o planejamento, a elaboração e a implementação de programas e projetos no âmbito das políticas públicas, principalmente da Política de Assistência Social, porém sua atuação não é limitada a esta, pois a cada dia conquista novos espaços de trabalho como veremos a seguir.

2.2 A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O SERVIÇO SOCIAL

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) refere-se ao direito que todos os seres humanos possuem de acessar alimentos para sua sobrevivência, alimentos estes de qualidade, e em porções que supram as necessidades de acordo com população (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2004).

Este direito deve ser garantido assim como os direitos fundamentais inerentes aos cidadãos, “[...] tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que

respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais, econômica e ambientalmente sustentáveis” (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2004, p.4).

Atualmente ainda é possível encontrar situações de insegurança alimentar e nutricional, mesmo diante de grande fartura na produção de alimentos, como é a realidade do Brasil, país que é um dos maiores produtores de alimento do mundo. (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2004).

Tais situações são reflexos de problemas como a fome, a má alimentação e as doenças que são originadas por ela, como o sobrepeso, alimentos de origem duvidosa e prejudiciais à saúde, alimentos que para sua produção poluem o meio ambiente, desrespeitam os costumes e tradições, e que são ofertados com preços abusivos, sendo alimentos necessários à população (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2004).

Dois conceitos estão fortemente relacionados ao conceito de SAN: o Direito Humano à Alimentação e a Soberania Alimentar. O direito à alimentação é parte dos direitos fundamentais da humanidade, que foram definidos por um pacto mundial, do qual o Brasil é signatário. [...] Cada país, por sua vez, tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população (soberania alimentar), respeitando as múltiplas características culturais dos povos (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2004, p.4).

Na década de 1990, houve grande mobilização por parte da sociedade civil articulada, com movimentos sociais, fóruns estaduais e nacionais e organizações não governamentais, os quais tratavam do combate à fome e à miséria e em defesa da vida, resultando na criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), no entanto no ano de 1994 foi extinto e em 2003 é recriado (BRASIL, 2013).

Neste mesmo ano de 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2011) assumiu o compromisso de erradicar a fome e a miséria no Brasil, e a forma utilizada foi através da criação de uma agenda da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (ESPÍRITO SANTO, [201-] a).

[...] enquanto uma política de Estado, num amplo processo intersetorial e com participação da sociedade civil. Foram definidos marcos legais e institucionais – como a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN; a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA; a instalação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN; e a elaboração

do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2012/2015 e 2016/2019) (ESPÍRITO SANTO, [201-] a).

No ano de 2004, quando ocorreu a II Conferência de SAN em Olinda em Pernambuco, foi apresentada a proposta de elaboração de uma política pública de segurança alimentar e nutricional. No ano de 2006 a Lei Orgânica de SAN (LOSAN) foi aprovada no Congresso Nacional por unanimidade, criando um sistema público para a garantia ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (BRASIL, 2013).

Política pública é o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado, no caso brasileiro, nas escalas federal, estadual e municipal, com vistas ao atendimento à população ou a determinados setores da sociedade civil. Elas podem ser desenvolvidas diretamente pelos órgãos públicos ou em parcerias com organizações não governamentais e com a iniciativa privada.

As políticas públicas apresentam diretrizes e princípios que orientam a ação do poder público. Elas estabelecem objetivos, estratégias de atuação, regras, procedimentos e alocação de recursos do orçamento público para o cumprimento de seus propósitos (BRASIL, 2013, p.138).

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) foi instituído em no ano 2006 pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) com o objetivo de assegurar o DHAA, o qual passou a ser assegurado como um direito social na Constituição brasileira, através de Emenda Constitucional nº64 de 4 de fevereiro de 2010:

Art. 1º O art. 6º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2017, p.18).

E para afirmar o acesso de todos a esse direito, o SISAN possui 2 (dois) princípios essenciais, a universalidade e a equidade com o intuito de eliminar qualquer tipo de discriminação, também deve atender de igual modo todos os seguimentos da sociedade, mas para isso é necessário a participação e todos na "[...] formulação, implementação e monitoramento das políticas, de forma que elas não sejam discriminatórias, restritivas ou mesmo violadas" (BRASIL, 2013, p.154).

Outro princípio é o da preservação da autonomia e o respeito à dignidade das pessoas, pois, todo ser humano tem o direito de estar livre da fome, ter acesso à alimentação de acordo com seus hábitos culturais e regionais, o DHAA é

indissociável a dignidade do homem e é fundamental para a realização de todos os outros direitos humanos (BRASIL, 2013)

Ele é também inseparável da justiça social, requerendo a adoção de políticas econômicas, ambientais e sociais orientadas para a erradicação da pobreza e, conseqüentemente, preservação da autonomia tanto do ser humano quanto das políticas nacionais que garantam esse direito (BRASIL, 2013, p.154).

“A participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento, e controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional em todas esferas do governos” (BRASIL, 2013, p.154) é condição primordial para que o SISAN funcione plenamente, pois, é através da participação ativa da sociedade civil, por meio dos movimentos sociais, das entidades da sociedade civil e de pessoas que militam na área de SAN, que a democracia é efetivada (BRASIL, 2013).

Na formulação e implementação das políticas públicas, bem como no monitoramento da realização e da violação do DHAA, é fundamental para a efetiva garantia desse direito. Todos os canais formais de participação social devem ser ocupados, como, por exemplo, a participação nas conferência locais, estaduais e nacionais de SAN, nos conselhos das políticas públicas, nos CONSEAs de todos os níveis, entre outros espaços da participação social (BRASIL, 2013, p.154).

Outro princípio do SISAN é a transparência nos programas e ações realizadas com os recursos públicos, nesse sentido é necessário o controle social.

O SISAN garante que as políticas públicas de SAN sejam elaboradas e reavaliadas na ótica do DHAA de modo a conferir que as mesmas garantam o apoderamento dos titulares de direito, a responsabilização dos portadores de obrigação, capacitação dos gestores públicos em DHAA. Todas as informações sobre serviços, direitos, formas de acesso aos direitos, mecanismos de exigibilidade, avaliação e monitoramento devem ser publicizados (transparência) e de fácil acesso aos titulares de modo a facilitar o controle social (BRASIL, 2013, p.154-155).

No ano de 2010 a LOSAN é regulamentada através de decreto que estabelece a Política Nacional de SAN. Essa política é resultado de mobilizações e articulações sociais durante muitos anos, através de uma agenda social que conseguiu sensibilizar o governo que decidiu incorporar a proposta a seu plano de governo, resultando na Política Pública de SAN, o qual determina a criação de um Sistema, uma Política Nacional de SAN (PNSAN), e o Plano Nacional de SAN (PLANSAN) (BRASIL, 2013).

A Lei que criou a LOSAN foi a Lei Federal nº 11.346 de 2006, e é o principal instrumento para a garantia do DHAA no Brasil (BRASIL, 2013).

Art. 1º Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional –

SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2017, p. 20).

Na LOSAN encontramos os princípios, as diretrizes e as regras do SISAN. A sua regulamentação se deu no ano de 2010 pelo Decreto nº7.272. Esse Decreto além de regulamentar a Lei nº11.346/2006, ratifica a criação do SISAN e institui a PNSAN, definindo seus objetivos e diretrizes e disposição sobre a sua gestão, financiamento, monitoramento e avaliação. Este ainda estabelece parâmetros para a elaboração do PLANSAN (BRASIL, 2013).

A PNSAN “sistematiza as diretrizes da LOSAN (como colocar em prática). Detalha os procedimentos da gestão, do financiamento e do monitoramento/avaliação, estabelecendo as atribuições de União, Distrito Federal e Municípios” (BRASIL, 2013, p.161).

São objetivos da PNSAN, de acordo com o Decreto nº7.272 de 2010:

[...]

Art. 4º Constituem objetivos específicos da PNSAN:

I - identificar, analisar, divulgar e atuar sobre os fatores condicionantes da insegurança alimentar e nutricional no Brasil;

II - articular programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e provejam o direito humano à alimentação adequada, observando as diversidades social, cultural, ambiental, étnico-racial, a equidade de gênero e a orientação sexual, bem como disponibilizar instrumentos para sua exigibilidade;

III - promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional; e

IV - incorporar à política de Estado o respeito à soberania alimentar e a garantia do direito humano à alimentação adequada, inclusive o acesso à água, e promovê-los no âmbito das negociações e cooperações internacionais (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2017, p. 41-42).

O PLANSAN é um instrumento de planejamento, o qual define objetivos, desafios, diretrizes e metas, sendo responsável por alocar recursos do orçamento público.

A Política e o Plano são elementos que tornam realidade a ação organizada do sistema: permitem a compreensão mais exata do que será feito, quem são os atores públicos responsáveis e quais são as suas obrigações, quem são os atores sociais (titulares de direito das políticas), em que tempo será feito e com que recursos humanos, materiais e financeiros (BRASIL, 2013, p.164).

O SISAN possui diretrizes que se caracterizam como “[...] um conjunto de orientações para se conseguir alcançar determinado objetivo” (BRASIL, 2013, p.155). E, para alcançar o objetivo de formular e implementar políticas e planos de SAN, é direcionado de acordo com a Lei nº 11.346/2006.

Art.9º- O SISAN tem como base as seguintes diretrizes:

I – promoção da intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não- governamentais;

II – descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo;

III – monitoramento da situação alimentar e nutricional, visando a subsidiar o ciclo de gestão da políticas para a área nas diferentes esferas de governo;

IV – conjugação de medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada, com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população;

V – articulação entre orçamento e gestão;

VI – estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e à capacitação de recursos humanos” (BRASIL, 2013, p.155).

A coordenação do SISAN cabe a dois mecanismos, sedo eles:

[...] a CAISAN, instância governamental responsável pela coordenação e monitoramento intersetorial das políticas de segurança alimentar e nutricional na esfera federal, e o CONSEA, representando o espaço de participação e controle social das políticas públicas (BRASIL, 2013, p.155).

Para a realização de programas na área de SAN, com objetivo de garantir o Direito Humano Alimentação Adequada (DHAA), é necessário que o Estado viabilize orçamento, “[...] de maneira tão rápida quanto possível. Os programas e ações estratégicas consideradas de alta relevância social e econômica devem constituir o “Orçamento da Segurança Alimentar e Nutricional” [...]” (BRASIL, 2013, p.155), desta maneira “o Estado deve ser capaz de demonstrar que tem aplicado nos seus orçamentos o máximo de recursos disponíveis para a promoção do DHAA, o combate à fome e à eliminação da pobreza” (BRASIL, 2013, p.155).

Um sistema tem, necessariamente caráter dinâmico. Assim, o planejamento das ações deve refletir nos Planos Plurianuais (PAA) a necessidade de ampliação de recursos de determinada ação, ou o redirecionamento de programas, bem como as novas demandas. Espera-se que a perspectiva da intersetorialidade e a articulação das ações e dos programas dos diferentes setores sejam reforçadas pela peças de planejamento e orçamento dos governos (BRASIL, 2013, p.156).

Ainda para a garantia e a promoção do DHAA, deve ser realizado o monitoramento e a exigibilidade da realização de tal direito. “Para tanto, o SISAN, deverá adotar um sistema de monitoramento que expresse ampla e criteriosa análise da situação da

SAN no país pautada pelas óticas do DHAA e da soberania alimentar” (BRASIL, 2013, p.156).

Os princípios orientadores do sistema de monitoramento, conforme deliberação do CONSEA, são: Realização progressiva do DHAA; Foco nas populações vulneráveis e na não discriminação; Transparência e acesso irrestrito aos dados e métodos adotados; Enfoque da universalização e da indivisibilidade dos direitos; Ampla participação social; Não regressão dos resultados positivos obtidos; Responsabilização dos setores que integram o SISAN (BRASIL, 2013, p.156).

Esse sistema de monitoramento adotado pelo SISAN “[...] deverá garantir e fortalecer mecanismos de exigibilidade no processo de implementação das políticas públicas [...]” (BRASIL, 2013, p.156), principalmente quanto à “[...] Comissão Permanente de DHAA do CONSEA e a Comissão Especial de Monitoramento de Violações do DHAA do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos (CDDPH), inclusive criando comissões similares em âmbito estadual/distrital” (BRASIL, 2013, p.156).

São objetivos do SISAN a formulação e implementação de políticas e planos de SAN, e incentivo a articulação da sociedade civil e do governo, para promoção do acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da SAN no país (BRASIL, 2013).

De acordo com o artigo 7º da Lei nº11.346/2006, o DHAA será alcançado em conjunto com os entes que compõem este sistema, sendo a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; o CONSEA Nacional; a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN); os Governos nas 3 (três) esferas e as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, ligadas a áreas de SAN (BRASIL, 2013).

A Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é a instância máxima de deliberação, responsável pela indicação ao CONSEA acerca das diretrizes e prioridades do PNSAN e PLANSAN, sendo também o responsável em avaliar o próprio SISAN, antes da Conferência Nacional ocorrem as conferências estaduais, distrital, municipais, regionais e territoriais em alguns casos específicos. Nessas Conferências que ocorrem antes da nacional, são escolhidos os delegados que participarão do encontro nacional (BRASIL, 2013).

O CONSEA é a instância que realiza a articulação entre sociedade civil e o governo, nos assuntos relacionados a SAN, de acordo com o artigo 11 da Lei 11.346 de 2006:

§ 2º O CONSEA será composto a partir dos seguintes critérios:

I – 1/3 (um terço) de representantes governamentais constituído pelos Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional;

II – 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil escolhidos a partir de critérios de indicação aprovados na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e

III – observadores, incluindo-se representantes dos conselhos de âmbito federal afins, de organismos internacionais e do Ministério Público Federal.

§ 3º O CONSEA será presidido por um de seus integrantes, representante da sociedade civil, indicado pelo plenário do colegiado, na forma do regulamento, e designado pelo Presidente da República.

§ 4º A atuação dos conselheiros, efetivos e suplentes, no CONSEA, será considerada serviço de relevante interesse público e não remunerada (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2017, 25-26).

A CAISAN Nacional é integrada pelos Ministros de Estado e Secretários Especiais, responsáveis pelas pautas referentes a SAN, e tem o propósito de articular e integrar proposições endossadas pelo CONSEA, tais como as ações e os programas de governo, de acordo com as diretrizes emanadas das conferências (BRASIL, 2013).

De acordo com o Decreto nº6.273/2007:

Art.1º - Fica criada a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública federal afetos à área de segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2013, p.158).

A PNSAN se configura em um conjunto de ações previamente planejadas, para garantir a população o acesso aos alimentos que promovam a saúde pública de forma sustentável, e pressupõem o envolvimento do governo e da sociedade civil organizada em diferentes setores, pois, está política só é possível mediante seu caráter Intersetorial, articulado com as áreas como (BRASIL, 2013) “[...] saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente, dentre outros – e em diferentes esferas - produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e consumo” (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2004, p.4).

A publicação do Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e estabeleceu os parâmetros para a elaboração do primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) 2012/2015, seguido da Resolução nº 9 da CAISAN, permitiu desencadear o processo de regulamentação da adesão dos Estados, Distrito Federal e Municipal ao SISAN (BRASIL, 2013, p.156).

Sendo assim, diante do objetivo desse estudo, em descrever a atuação do assistente social na gestão da PSAN, neste estado, é válido ressaltar que somente no ano de 2011 o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Espírito Santo (SISAN/ES) foi criado e instituído, mediante a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo (LOSAN/ES), Lei Complementar nº 609 de 08 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº824 de 15 de abril de 2016 (ESPÍRITO SANTO, [201-] a).

Integram o SISAN/ES:

- I – a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;
- II – o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA/ES;
- III – a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional CAISAN-ES;
- IV - os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo - COMSEAs, criados por leis dos respectivos municípios;
- V - os representantes de Órgãos, Instituições e personalidades de âmbito estadual e regional referentes à SAN, aprovados pelo CONSEA/ES;
- VI - as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, desde que manifestem interesse, respeitem e incorporem os princípios e diretrizes (ESPÍRITO SANTO, [201-] a).

Assim como a Conferência Nacional de SAN, a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional também se constitui enquanto instância máxima de deliberação do SISAN- ES:

[...] onde são apresentadas diretrizes e proposições para a Política Estadual e Segurança Alimentar e Nutricional. Ocorre a cada 04 anos, tendo a participação de 1/3 de representantes governamentais e 2/3 de representantes da sociedade civil (ESPÍRITO SANTO, [201-] a).

O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/ES) foi criado em 29 de maio de 2003, por meio do Decreto nº 11.41-S/2003, o qual é composto por 1/3 de representantes governamentais e 2/3 de representantes da sociedade civil. As principais atribuições do CONSEA/ES, de acordo com a Lei Complementar nº 609, 08 de dezembro de 2011, alterada pela Lei Complementar nº824 de 15 de abril de 2016 (ESPÍRITO SANTO, [201-] b).

- I - convocar, em articulação com o CONSEA Nacional e a SEADH, a Conferência Estadual de SAN, com periodicidade não superior a 4 (quatro) anos, bem como definir seus critérios e parâmetros de composição, organização e funcionamento, por meio de regulamento próprio;
- II - sistematizar e encaminhar ao governo as deliberações das Conferências Estaduais que especificarão, dentre outras, as principais diretrizes e prioridades da Política Estadual de SAN, objetivando assegurar sua inclusão no Plano Estratégico do Governo Estadual;
- III - propor ao Poder Executivo as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Estadual de SAN, considerando as deliberações da Conferência

Estadual de SAN, incluindo-se requisitos orçamentários para sua consecução; (ESPÍRITO SANTO, [201-] b).

A Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/ES) tem como finalidade, de acordo com o Decreto nº 3160-R, de 05 de dezembro de 2012, “[...] promover a interlocução entre os órgãos e entidades da administração pública estadual afetos à área de segurança alimentar e nutricional” (ESPÍRITO SANTO, [201-] c), com as seguintes competências:

- I. elaboração da Política e do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, indicando objetivos, metas, fontes de recursos, instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação da implementação dos mesmos, a partir das proposições emanadas da Conferência de SAN e do CONSEA-ES;
- II. coordenação da execução da Política e do Plano Estadual de SAN;
- III. articulação das políticas e do Plano Estadual de SAN com suas congêneres;
- IV. apresentação de relatórios periódicos ao CONSEA-ES;
- V. elaboração e aprovação do seu regimento interno (ESPÍRITO SANTO, [201-] c).

Sua estrutura é composta pelo Pleno Secretarial, pelo Pleno Executivo, pela Secretaria Executiva e pelos Comitês. Cabe também a esta instância a mobilização para que os municípios façam a adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, conforme art. 11-A “[...] § 1º A formalização da adesão ao SISAN-ES será efetuada pela Secretaria Executiva da CAISAN-ES” (ESPÍRITO SANTO, [201-] c).

A CAISAN-ES é presidida pelo Secretário de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social. A Secretaria Executiva da Câmara também está vinculada à SETADES, onde funciona a sede administrativa da CAISAN-ES. São membros da CAISAN-ES os representantes governamentais das Secretarias/Órgãos que compõem o CONSEA-ES, sendo 13 titulares com os respectivos suplentes, conforme representatividade abaixo:

1. Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social – SETADES;
2. Secretaria de Estado de Economia e Planejamento – SEP;
3. Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN;
4. Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG;
5. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER;
6. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA;
7. Secretaria de Estado de Saúde – SESA;
8. Secretaria de Estado de Educação - SEDU
9. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional – SECTI;

10. Secretaria de Estado de Desenvolvimento – SEDES;
11. Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDURB;
12. Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas – SETOP;
13. Secretaria de Estado do Turismo – SETUR (ESPÍRITO SANTO, [201-] c).

Sendo assim, a PSAN no Espírito Santo demanda vários atores para sua aplicabilidade, viabilização e concretude das ações, programas e projetos no âmbito dessa política, e para isso é necessário conhecer como o assistente social desempenha sua atuação na gestão dessa política.

2.2.1 A Gestão social e Serviço Social na Política de Segurança Alimentar e Nutricional

As funções do Serviço Social caracterizado pelo cargo genérico de Especialista em Desenvolvimento Humano e Social na gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN) do Estado do Espírito Santo, realizadas no setor da gerência de Segurança Alimentar e Nutricional (GSAN) da Secretária de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES) compete de acordo com o art.7º da Lei Complementar nº 523 de 24 de dezembro de 2009:

[...]

III - coordenar, acompanhar e avaliar esforços, pessoas e recursos para o desenvolvimento e execução de planos, ações e projetos para a implementação das políticas de desenvolvimento humano e social, turístico, cultural e de lazer, buscando garantir o atendimento das prioridades, prazos, padrões de qualidade e eficácia dos serviços prestados;

IV - elaborar, implementar e avaliar os programas, projetos e atividades, realizando a prevenção, inclusão, proteção social e promoção da cidadania destinados a famílias, crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiência, pessoas em situação de rua e demais segmentos socialmente vulneráveis; elaborar, implementar e avaliar os programas, projetos e atividades na área habitacional e do meio ambiente, visando o desenvolvimento socioeconômico da população e melhoria da qualidade de vida;

[...]

VI - gerenciar contratos, convênios e parcerias em sua área de atuação;

VII - elaborar propostas de instrumentos legais, relacionados com a área de atuação, necessários para a regulamentação das ações, programas e projetos do Estado;

VIII - interagir com os profissionais das demais áreas, visando ampliar a abrangência, a intersetorialidade e a integração das ações, programas e projetos sob sua responsabilidade, evitando desperdício de esforços e ampliando a eficácia dos resultados;

IX - identificar e analisar os impactos sociais, econômicos e financeiros das ações desencadeadas, sugerindo melhorias e adequações necessárias para ampliar a eficácia, eficiência e a qualidade na prestação dos serviços públicos prestados;

X - multiplicar as informações necessárias através da elaboração de manuais, relatórios, cursos e outras formas de difusão de conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento profissional do conjunto dos servidores;

XI - aplicar instrumentos regulatórios adotados pelo Estado, necessários para a execução das políticas de desenvolvimento humano e social, cultura, esporte, lazer e turismo;

XII - elaborar documentos diversos, captando, analisando, consolidando dados e informações e formulando recomendações acerca das políticas públicas e planos de trabalho no âmbito de sua área de atuação;

XIII - desempenhar outras atribuições de acordo com sua unidade e natureza de trabalho, conforme determinação superior e de acordo com sua área de formação (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 1-2).

A política em que o assistente social está inserido na GSAN é a PSAN, realizando o seu fazer profissional em concordância com o Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais de 15 de março de 1993, e amparado no art. 8º alíneas a e d:

Art. 8º São deveres do/a assistente social:

a- programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente;

[...]

d- empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais;

[...] (BRASIL, 2012a, p.31).

As ações, os programas e projetos sociais realizados dentro da GSAN, são desenvolvidos interdisciplinarmente, na elaboração de projetos na área de SAN, com o monitoramento de projetos e programas de SAN, com visitas técnicas aos municípios para monitoramento e acompanhamento da execução de atividades sob responsabilidade da GSAN, o estabelecimento de convênios com municípios e Governo Federal, a elaboração de relatórios de cumprimento de objetos de convênio firmados e incentivo aos municípios capixabas na adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)(ESPÍRITO SANTO, [201-a]).

Os principais programas e projetos desenvolvido pelo assistente social, nos quais o profissional é o técnico de referência estadual, são o **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em andamento, e o Projeto Compra Direta de Alimentos (CDA) também em andamento.**

O PAA na modalidade “Compra com Doação Simultânea” consiste na compra de alimentos oriundos da agricultura familiar dos agricultores familiares para posterior doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA), a rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar e nutricional, cabendo ao Estado exercer o papel de unidade executora no Programa PAA, sendo o responsável pela seleção dos beneficiários, do recebimento dos alimentos, de realizar a distribuição dos alimentos e de inserir, aprovar e atestar documentos físicos no Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA) (BRASIL, 2014).

Projeto Compra Direta de Alimentos (CDA) é um projeto desenvolvido pelo Estado desde o ano de 2006, que visa a promoção da alimentação saudável através do estímulo ao consumo de alimentos como frutas, legumes e verduras. Este visa contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento regional sustentável (ESPÍRITO SANTO, 2017).

As ações para execução do Projeto CDA são implementadas pela SETADES no âmbito do SISAN, e ocorre de forma descentralizada, através de repasse fundo a fundo, do Governo do Estado para os Municípios. Isto visa a compra direta de alimentos produzidos por famílias produtoras, ligadas à Agricultura Familiar, que são distribuídos gratuitamente para as pessoas atendidas pelos equipamentos e serviços que integram a rede de serviços do município na área socioassistencial (ESPÍRITO SANTO, 2017).

A quantidade de agricultores familiares atendidos pelo projeto pode variar entre 15 e 50 agricultores por município, sendo o próprio município o responsável pela seleção destes por meio de chamada pública. Cada agricultor familiar terá a garantia de venda e escoamento de seus produtos de até R\$ 6.500,00 durante o período de um ano, cabendo ao município disponibilização de equipe mínima para a logística de

entrega dos produtos pelos fornecedores e distribuição às unidades receptoras da rede socioassistencial (ESPÍRITO SANTO, 2017).

A alimentação adequada e saudável consiste em um direito humano, logo, todos têm direito de exercê-la, independente de sua situação econômica e social, podendo haver ações mais específicas para garantir isso aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar (BRASIL, 2013), ou seja, a população mais pobre.

O DHAA vai além do acesso ao alimento, pois inclui o acesso à água, preservação de nascentes, combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos, incentivo aos sistemas orgânicos e agroecológicos de produção, de consumo de alimentos minimamente processados e industrializados, preservação de hábitos culturais alimentares de grupos específicos (quilombolas, pomeranos, indígenas, comunidades de terreiro, ciganos, etc.), educação alimentar e nutricional, dentre outras ações, que podem variar de acordo com cada realidade (BRASIL, 2013).

O profissional assistente social inserido na gestão da PSAN, o qual possui embasamento teórico-metodológico, ético-político e técnico operativo, ao realizar leitura crítica da realidade social expressa nas condições de vida e dos usuários, bem como da própria política, respaldado pelo Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993, pela Lei de Regulamentação da Profissão e diante do Projeto Ético-político, realiza o seu fazer profissional visando a viabilização de direitos, para a garantia do DHAA, com vistas à transformação da realidade posta através da expressão da questão social, que se apresentam em seu campo de atuação, neste caso, a insegurança alimentar.

3 METODOLOGIA

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo geral descrever a atuação do assistente social na gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN) no Espírito Santo, e para o alcance desse propósito, a referida pesquisa foi realizada na Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional (GSAN) da Secretaria de Estado do Trabalho Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES).

A metodologia é o caminho percorrido pelo pesquisador para o alcance dos objetivos da pesquisa que inclui o uso de instrumentos, procedimentos e técnicas (KÖCHE, 1997). “Nenhuma metodologia se aplica por si só, pois ela é sempre relacional e depende de procedimentos” (MARTINELLI, 1999, p. 25).

A pesquisa é o “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (GIL, 2009, p.26).

Portanto, para construção deste estudo, o caminho percorrido contou com escolhas metodológicas que melhor permitiram a apreensão do objeto de estudo. Assim, essa se configura como uma pesquisa exploratória, pelo fato do profissional estar inserido em uma política de gestão relativamente recente, sobre a qual, há escasso conteúdo que faça a relação entre Serviço Social e a gestão da PSAN.

Nesse sentido, compreende-se que se trata de um estudo que apresenta uma nova produção de conhecimento, pois buscou explorar um tema pouco visitado entre os assistentes sociais.

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso (GIL, 2009, p.27).

A busca do sentido atribuído pelos Assistentes Sociais à sua atuação indica ser este um estudo de natureza da pesquisa qualitativa “[...] por ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados [...]” (RICHARDSON et. al.,1999, p. 90), neste caso, na gestão da PSAN.

Na pesquisa qualitativa é importante ressaltar “[...] que, muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa” (MARTINELLI, 1999, p.25).

A pesquisa foi realizada na GSAN, ligada institucionalmente à SETADES. Esta gerência é referência estadual da PSAN no estado do Espírito Santo, a qual esteve vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) até maio de 2017 e a partir daí liga-se ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

E de acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) em seu art. 3º:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2017, p.7).

A SETADES foi o local escolhido para a realização da pesquisa, por se tratar de campo de estágio acadêmico, o qual possibilitou o acompanhamento do fazer profissional dos assistentes sociais, despertando assim o interesse de aprofundar através da pesquisa, o conhecimento acerca da atuação do serviço social na gestão da PSAN.

Este estudo teve como sujeitos dessa pesquisa 2 (dois) profissionais de Serviço Social, sendo os mesmos servidores públicos, 1 (um) assistente social e exerce o cargo genérico de especialista em desenvolvimento humano e social e o outro ocupa o cargo de gerente de setor.

O instrumento de coleta dos dados identificado como mais adequado à obtenção das informações e conteúdos através das falas dos profissionais foi através de entrevistas semiestruturadas. Estas foram realizadas com os profissionais de Serviço Social, que para maior aprofundamento da pesquisa, foram gravadas e transcritas. Após a transcrição o conteúdo gravado foi descartado.

A entrevista é uma técnica que possibilita “[...] o desenvolvimento de uma estreita relação entre duas pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa A a uma pessoa B” (RICHARDSON et. al., 1999, p.207, grifo do autor).

Desta forma de acordo com Marconi e Lakatos (2016, p.178), a entrevista possibilita que se:

[...] obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

O uso de entrevista semiestruturada é caracterizada pela liberdade do entrevistador de conduzir a entrevista de acordo com a situação encontrada na coleta de dados, “[...] quando o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão” (MARCONI; LAKATOS, 2016, p.180).

Para a realização das entrevistas, foi elaborado, anteriormente, um roteiro com perguntas abertas (Disponível no apêndice A) para a coleta dos dados, cujo intuito foi organizar elementos indispensáveis para orientar a entrevista, a fim de compreender a atuação dos profissionais assistentes sociais na gestão da PSAN. A partir disso, foi possível a identificação da contribuição, das particularidades, dos desafios e da construção coletiva desses profissionais nessa política.

Para tanto, durante as entrevistas foi “[...] dada atenção ao discurso dos entrevistados, bem como sobre sua expressão corporal, gestos, tonalidade da voz e ênfase em determinadas palavras ou expressões” (VERGARA, 2013, p.56).

Logo após a coleta dos dados, através das entrevistas, foi realizado o tratamento dos dados obtidos.

Tratamento dos dados refere-se àquela seção na qual se explicita para o leitor como se pretende tratar os dados à coletar, justificando por que tal tratamento é adequado aos propósitos do projeto. Objetivos são alcançados com a coleta, o tratamento e, posteriormente, com a interpretação dos dados; portanto, não se deve esquecer de fazer a correlação entre objetivos e formas de atingi-los (VERGARA, 2013, p. 56).

Nesta face, a técnica utilizada para o tratamento dos dados foi a análise de conteúdo, que “[...] se constitui num conjunto de instrumentos metodológicos que asseguram a objetividade, sistematização e influência aplicadas aos discursos diversos” (BARROS; LEHFELD, 1990, p.96).

É atualmente utilizada para estudar e analisar material qualitativo, buscando-se melhor compreensão de uma comunicação ou discurso, aprofundar suas características gramaticais às ideológicas e outras, além de extrair os aspectos mais relevantes (BARROS; LEHFELD, 1990, p.96)

Para tanto, foram retomados os objetivos da pesquisa, com o intuito de organizar os dados, mediante a coleta, a redução desses dados, de acordo com os objetivos da pesquisa, e a interpretação dos dados, após a análise das categorias teóricas (BARROS; LEHFELD, 1990).

Para a realização de pesquisa, de modo geral, é necessário atentar para as questões éticas da pesquisa.

A ética na pesquisa trata da questão de quais problemas eticamente relevantes causados pela intervenção de pesquisadores pode-se esperar que causem impacto nas pessoas com as quais ou sobre as quais eles pesquisam. Ela também está preocupada com os passos tomados para proteger àqueles que participam da pesquisa, se isto for necessário (SCHNELL; HEINRITZ apud FLICK, 2013, p. 208).

Entretanto, para tal, está pesquisa através da técnica de entrevista escolhida para a coleta de dados, aplicados a seres humanos, está de acordo com a Resolução do Conselho Nacional da Saúde (CNS) nº 466, de 12 de dezembro de 2012, a qual dispõe de diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas que envolvem seres humanos.

As pesquisas envolvendo seres humanos devem atender aos fundamentos éticos e científicos pertinentes.

III.1 - A eticidade da pesquisa implica em: a) respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2013, p. 60).

Ainda de acordo com a Resolução do Conselho Nacional da Saúde (CNS) nº466, de 12 de dezembro de 2012, antes da coleta de dados ter sido realizada através das entrevistas, foram entregues para os participantes da pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Disponível no apêndice B), que após ciência, anuência e livre escolha foram assinados.

Logo após assinatura do termo TCLE, foram realizadas as entrevistas, as quais, foram gravadas através de mídia digital, sendo esse conteúdo obtido transcrito e disponibilizados, e o material de áudio produzido descartado para a garantia do sigilo dos participantes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

O presente Trabalho de Conclusão de Curso buscou descrever a atuação do assistente social na gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Espírito Santo. Como objetivos específicos, buscamos identificar os instrumentos utilizados na atuação do assistente social na gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Espírito Santo assim como ações e atividades profissionais, além deste, buscou-se identificar o trabalho interdisciplinar realizado na gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Espírito Santo. Por fim, procuramos discutir a contribuição e os desafios do trabalho do assistente social no desenvolvimento das atividades na gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Espírito Santo.

Para responder aos objetivos propostos, foram entrevistados 2 (dois) assistentes sociais, servidores públicos, que atuam na Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional (GSAN).

Para a análise dos dados colhidos durante as entrevistas, foi possível analisar o conteúdo destas e organizar a discussão em 4 (quatro) principais categorias, sendo a primeira a atuação do assistente social na Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Espírito Santo, a segunda, os instrumentos e atividades desenvolvidas na atuação do assistente social na Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Espírito Santo, a terceira o trabalho interdisciplinar na Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Espírito Santo e a quarta categoria a contribuição e os desafios enfrentados pelo assistente social no desenvolvimento das atividades na Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Espírito Santo. Com o intuito de manter o sigilo dos participantes desta pesquisa, os mesmos foram identificados como Assistente Social 1 e Assistente Social 2.

4.1 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ESPÍRITO SANTO

Sobre a atuação profissional dos assistentes sociais, nessa primeira categoria de análise de dados, será descrito sobre o que desenvolvem e como desenvolvem as suas atividades profissionais na gestão da Política de Segurança Alimentar (PSAN). Assim, de acordo com o Assistente Social 1:

Nós trabalhamos na parte de planejamento, monitoramento, avaliação e execução de atividades na área de segurança alimentar e nutricional, [...] então tudo que nós fazemos é pautado na Política de Segurança Alimentar e Nutricional, uma política pública.

O Assistente Social 2 relata da seguinte forma o que e como desenvolve na GSAN:

A Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional é o primeiro lugar que eu tenho contato com a Política de Segurança Alimentar e Nutricional, então enquanto gerente é ali que observamos os dados que tem o estado, onde tem situações mais críticas, onde tem problemas mais agudos e possíveis intervenções. Nós ali também trabalhamos como articuladores de políticas, então é um trabalho muito intersetorial, porque a política de Segurança Alimentar e Nutricional é muito transversal, passa por várias políticas públicas [...]. Verificamos as questões mais gritantes na área da segurança alimentar e nutricional. É uma atuação voltada para a elaboração de projetos, [...] elaboração de documentos, desde ofícios a relatórios e documentos que possam ser publicados. Assim como representações, como participar de reuniões algumas como coordenador e outras como participante, [...] gestão de pessoas, porque tem uma equipe [...] de captação de recursos, de gestão do recurso [...]. Então, tanto do recurso que tem na gerência previsto pelo orçamento do Estado, quanto recursos que nós captamos do governo federal e de fundos específicos, como aqui o Fundo de Combate à Pobreza, que nós estamos desenvolvendo o projeto, Compra Direta de Alimentos, fazemos também a captação e a gestão do recurso e a execução dele, assim como o monitoramento do impacto que a política vai dar lá na ponta.

Diante dos relatos dos assistentes sociais acerca do que é desenvolvido na GSAN, fica evidente no exercício profissional destes profissionais que a realização de atividades institucionais corrobora com aquelas previstas no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993, no artigo 2º, alínea c, no que se refere aos direitos dos assistentes sociais, sendo estes a “participação e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais” (BRASIL, 2012a, p. 26).

Essas atividades também estão em concordância com o que é previsto na Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662 de 1993:

Art. 4º Constituem competências do Assistente social:

I- elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgão da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAIS, 2012, p.44).

Porém, o assistente social no desenvolvimento das atividade na GSAN, se depara com alguns impasses, o que identificamos na fala da Assistente Social 1:

[...] só tem eu de assistente social na Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional do estado, então, por mais que eu queira fazer, tenho as limitações humanas que não permitem, mas dentro do que é permitido tenho tentado fazer [...]. Eu, especificamente com o público da agricultura familiar, poderia ser qualquer outro público, mas [...] a quantidade de servidores e de recursos reduzidos, nós estamos dando continuidade às ações com agricultores familiares, especificamente com o Projeto de Aquisição de Alimentos do Governo Federal e o Projeto Compra Direta de Alimentos, estadual, a partir dos quais procuramos garantir uma alimentação adequada e saudável para as unidades receptoras da assistência social. É uma garantia também de geração de renda para os municípios que participam desse projeto.

Sendo assim, em face da realização do exercício profissional em estar continuando um trabalho que já vinha sendo realizado com o público da agricultura familiar em razão da pequena quantidade de servidores na GSAN, de apenas 1 (um) assistente social e 1 (um) nutricionista na equipe técnica.

De acordo com Iamamoto (2004), em atendimento à política neoliberal, é notório os cortes orçamentários e a falta de investimentos nos setores públicos voltados para as áreas sociais com intuito de privatizar ou terceirizar os serviços que o Estado deveria ofertar com qualidade.

O “enxugamento” e sucateamento dos serviços públicos têm redundado não apenas na perda de qualidade dos atendimentos, como têm forçado sua prerrogativa seletividade, o que entra em colisão com uma das principais conquistas obtidas na Carta Constitucional de 1988, relativa à *universalização dos direitos sociais e dos serviços*, que lhe atribuem materialidade (IAMAMOTO, 2004, p.159, grifo do autor).

Embora a realidade vivenciada no setor público pelos assistentes sociais seja de redução de gastos públicos e dos recursos humanos, Iamamoto (2004, p.159) afirma que “não temos de ser necessariamente levados ao imobilismo, à descrença, à desilusão profissional. Há que superar essa posição fatalista [...]”.

Nesse sentido, é no compromisso com Projeto ético-político profissional e nos princípios do Código de Ética Profissional dos Assistente Sociais de 1993 e na Lei de Regulamentação da Profissão que o exercício profissional em qualquer espaço profissional e, mesmo em suas relações fora do espaço de trabalho, a atuação deve perseguir e respeitar tais princípios éticos fundamentais.

Na fala do Assistente Social 1, identificamos seu posicionamento em acordo com o princípio da “defesa intransigente dos direitos humanos [...]” (BRASIL, 2012a, p.23) aliado à defesa do DHAA e da luta por este.

Quando se fala no papel do assistente social, nós temos esse olhar na defesa do direito, e o Direito Humano à Alimentação Adequada é um direito que também é garantido na Constituição Federal, um direito recente que foi inserido na constituição em 2006, então, a gente tem 11 anos praticamente de reconhecimento da alimentação adequada como um direito humano. [...]

Sendo assim, é fundamental afirmar que uma das bandeiras de luta dos assistentes sociais é a defesa do “[...] direito à segurança alimentar e nutricional e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), enquanto política pública” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2015, p. 5).

Posto que os assistentes sociais que atuam no âmbito da gestão social da PSAN se dedicam ao planejamento, formulação, organização, monitoramento, avaliação e execução, sob compromisso expresso com o DHAA, é também importante reconhecer como e a partir de que instrumentos profissionais e atividades, se concretiza os trabalhos institucional na GSAN. Sendo este o enfoque da discussão a seguir.

4.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ESPÍRITO SANTO

Nesta segunda categoria em relação aos instrumentos/ações que os assistentes sociais utilizam para o atendimento das demandas pertinentes à PSAN, que, como em qualquer outra área, à atuação do serviço social, “[...] demanda competências e habilidades para construir planos de trabalho condizentes com as demandas emergentes no cotidiano profissional” (BENEVIDES; LIMA, 2015, p.10).

Na GSAN, os assistentes sociais são demandados a:

[...] elaborar um plano de ação, projeto ou programa que vai atender quem está lá na ponta. Então, nós não estamos na execução direta, mas nós conseguimos possibilitar todos os meios para que essa execução ocorra lá na ponta, então é quando nós falamos, o assistente social participa da elaboração de programas e projetos na gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional? Sim e efetivamente, utilizando esse saber que nós temos para atender esse usuário lá na ponta (ASSISTENTE SOCIAL 1).

A Assistente Social 1 em sua fala, usa o termo ponta, para fazer referência aos usuários das políticas sociais, atendidos através dos projetos e programa, neste caso da PSAN, o projeto e o programa que atende os usuários é o projeto Compra Direta de Alimentos (CDA) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A equipe da GSAN é multiprofissional e composta também por 1 (um) nutricionista. Assim, a Assistente Social 1, afirma com veemência que há atribuição privativa em relação à utilização de instrumentos no cotidiano profissional, pois laudos e pareceres são requeridos à equipe e é o assistente social que os realiza. “[...] Se chega algum documento, alguma emenda parlamentar, se é algum processo que requeira a emissão de laudo social e parecer social, só eu posso emitir” (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Sobre este aspecto, é importante indicar que apresenta concordância com o Artigo 5º da Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8.662 de 1993), que trata das atribuições privativas do assistente social, sendo: “[...] realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social” (BRASIL, 2012a, p.46).

De acordo com a Assistente Social 2 (adaptado), os:

[...] pareceres técnicos são atividades constantes na gestão do estado e a todo momento, você tem que estar se manifestando com relação a uma solicitação ou outra de municípios, de entidades, da Assembleia Legislativa do Governo de Estado, do Ministério Público ou do Governo Federal.

Na gestão da PSAN, os instrumentos e atividades profissionais desenvolvidos pelos assistentes sociais contribuem “[...] para o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais, ponderando que estes instrumentos favorecem a construção de planos de trabalho nas diferentes etapas de operacionalização e implementação da Política [...]” (BENEVIDES; LIMA, 2015, p.10).

Sendo assim, as atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais inseridos em equipe multiprofissional da GSAN, que demandam laudos e pareceres sociais, são realizados somente pelos assistentes sociais, por se tratarem de atribuições privativas da profissão, contudo, é importante reconhecer como acontece o trabalho interdisciplinar na GSAN. Sendo esse o enfoque da discussão a seguir.

4.3 O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NA GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ESPÍRITO SANTO

Nessa terceira categoria, acerca do trabalho interdisciplinar desenvolvido na GSAN, os assistentes sociais relataram como é realizado o trabalho pela equipe composta

pelos profissionais de Serviço Social e de Nutrição. Sendo assim, a discussão da interdisciplinaridade se faz necessária para esta compreensão.

O mercado de trabalho para atender a lógica capitalista de produção passou a exigir dos profissionais uma especialização, desse modo, os profissionais, antes de entrarem no mercado de trabalho, se dedicavam a dominar amplo conhecimento científico, estes, entretanto, passaram a ser cobrados a se especializarem em determinado conhecimento, fragmentando assim o saber (GOMES, 2016).

Atualmente, para a atuação dos trabalhadores assalariados exige-se capacidade de trabalho em equipe, sendo essa uma das imposições do mercado, ser um trabalhador multifuncional (GOMES, 2016).

“A interdisciplinaridade é então requisitada como meio de agregar saberes para atuarem onde a fragmentação do saber encontra seu limite” (GOMES, 2016, p. 2). Assim, o assistente social, diante da complexidade do seu objeto de trabalho (as múltiplas expressões da questão social, advindas do embate entre capital e trabalho), realiza, em muitos espaços socio-ocupacionais, o trabalho de modo interdisciplinar (GOMES, 2016).

De acordo com o relato do Assistente Social 2, a interdisciplinaridade na GSAN se concretiza da seguinte forma:

[...] o trabalho interdisciplinar acontece muito articulado, ali na Gerência, cada um tem a sua função específica, mas nós sempre sentamos e complementamos, seja num parecer sobre questões alimentares (que é a nutricionista que coordena), sempre tem um apoio do assistente social. Nós sempre damos uma contribuição ou outra, a gente, geralmente, assina pareceres conjuntos de manifestações conjuntas. A gente olha tanto o aspecto da insegurança alimentar, quanto o aspecto social ou socioeconômico que vivencia aquele grupo ou seguimento social que o processo diz respeito [...].

Para Gomes (2016, p. 2), o Serviço Social é uma profissão que atua, necessariamente, interdisciplinarmente, em qualquer campo de atuação, “[...] já que não conta com uma teoria própria e sim dialoga com diversas teorias [...]”, sendo assim, uma equipe que dispõe de diversos saberes consegue responder com mais efetividade as demandas dos usuários, assim como da gestão dos serviços.

Diante disso, ainda “muito se discute na área do Serviço Social sobre a precarização do emprego como uma das facetas da questão social, e a polivalência ou flexibilização do trabalho, como uma das consequências dessa precarização”

(GOMES, 2016, p.4). E, consciente de tal realidade, o profissional de Serviço Social busca a apreensão da realidade de seus usuários para atuar nos espaços sócio-ocupacionais, fazendo uso de seu arcabouço teórico dotado de pensamento crítico, o que possibilita uma atuação em áreas diversas e, com isso, possibilita desenvolver com profissionais de outras áreas um trabalho interdisciplinar (GOMES, 2016).

Para exemplificar, o Assistente Social 1 relata uma experiência concreta do trabalho interdisciplinar realizado pela equipe da GSAN da seguinte forma:

O que nós podemos fazer como interdisciplinar e que tem dado certo, [...] é a educação alimentar e nutricional, que é um curso de Educação à Distância que nós estamos promovendo agora, onde temos a possibilidade de construir juntos, porque a Educação Alimentar e Nutricional, ela não é privativa do nutricionista (ela já foi privativa e hoje ela não é mais). O Direito Humano à Alimentação Adequada é um direito universal, então, qualquer um pode ter conhecimento e se debruçar sobre esse assunto e ser um disseminador dessas informações. Então, quando nós falamos de Educação Alimentar e Nutricional, eu não estou dizendo que eu vou ensinar as pessoas como calcular per capita de alimentação, fazer contas e cálculos para estabelecer dietas Não é isso, não é uma situação privativa do nutricionista! Eu vou estar explicando sobre o que é o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, o que é essa Política Pública, quais são as possíveis áreas de atuação, quem tem esse direito humano, quais são os projetos que são desenvolvidos, quais os benefícios de uma alimentação adequada, quais são os malefícios de uma alimentação inadequada e quais são os atores envolvidos nesse processo de Direito Humano à Alimentação Adequada. O combate ao uso de agrotóxicos, a produção, se é uma produção limpa sem uso de agrotóxicos, uma produção orgânica, o que é uma produção agroecológica.

Diante dessa fala, se faz necessário entender no que consiste o termo Educação Alimentar e Nutricional (EAN), abordado pela Assistente Social 1, e o por quê da inserção do assistente social nesse tema.

De acordo com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) possui como uma de suas diretrizes, a criação e implantação contínua de ações que promovam a EAN (BRASIL, 2012b). A EAN consiste na

[...] realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2012b, p.23, grifo do autor).

A partir do fato de a EAN não se tratar de uma atribuição privativa de nenhuma profissão, o assistente social inserido na PSAN, ou até mesmo em outra área de atuação, possui a liberdade para desenvolver atividades e ações para a promoção da EAN.

Portanto, de acordo com a Assistente Social 1, na realização de atividades voltadas para a EAN, através da elaboração do curso EAD em equipe, “[...] *fica muito explícito esse trabalho interdisciplinar que nós desenvolvemos [...]*”.

Ainda de acordo com a fala da Assistente Social 1, há outras atividades na GSAN que são realizadas interdisciplinarmente, como a elaboração e revisão de normativas e planos relativos à política. São:

[...] normativas legais na área de Segurança Alimentar e Nutricional, o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, a Lei do SISAN Estadual que passaram por revisão, então todas essas normativas legais, aqui enquanto gestão, nós também temos essa autonomia, quando nós vemos as atribuições da gerência, então essas normas técnicas, tudo isso a gente elabora de forma conjunta, cada um dentro da sua especificidade, a gente consegue convergir os entendimentos, as áreas de atuação diferentes para um objetivo comum, nunca posso passar por cima do que é privativo do trabalho do colega, mas nós conseguimos dialogar, respeitando os espaços de cada um, então eu acho isso muito interessante.

É importante ressaltar que de acordo Código de Ética dos Assistentes Sociais, um dos princípios éticos é o pluralismo, ou seja, o profissional deve respeitar as diversas visões teóricas das categorias profissionais, com a garantia do pluralismo de ideias (GOMES, 2016). Sendo assim, o assistente social devido a sua formação, possibilita conversar com diversas disciplinas, sendo capaz de atuar em equipe interdisciplinar.

[...] se a gente tivesse uma equipe maior, uma equipe assim, que eu digo com outros atores, com outras áreas de atuação, nós poderíamos enriquecer ainda mais esse trabalho interdisciplinar, por exemplo, um engenheiro agrônomo, olha que legal que seria! Com o olhar dele sobre a produção sustentável, uma produção agroecológica, a gente poderia dar um apoio muito maior para esses agricultores na ponta, que já são beneficiários dos projetos que a gente desenvolve [...] (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Dessa forma, fica evidente na fala da Assistente Social 1 o respeito a outras áreas do saber e como a relação com mais profissionais proporcionaria enriquecimento dos conhecimentos e das possibilidades na elaboração de ações mais completas e não fracionadas, é importante também reconhecer qual a contribuição da atuação do assistente social no desenvolvimento das atividades na GSAN. Sendo esse o enfoque da discussão a seguir.

4.4 CONTRIBUIÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES NA GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ESPÍRITO SANTO

Nessa categoria discutiremos a contribuição dos assistentes sociais na gestão da PSAN e para compreensão dessa contribuição, é importante recordarmos que o Serviço Social é uma profissão que está inserida na divisão técnica do trabalho e sua atuação está posta na contradição das relações entre o capital e trabalho, no enfrentamento das implicações das expressões da questão social, oriunda das desigualdades sociais (RAICHELIS, 2009).

Dessa forma, diante das demandas dessa contradição, o Estado investe em políticas públicas para responder as necessidades das classes mais vulneráveis, onde o assistente social é requisitado “[...] especialmente nas políticas sociais, em seus programas e serviços, respostas às suas necessidades mais imediatas e prementes” (RAICHELIS, 2009, p.380).

De acordo com a Assistente social 2, é um profissional fundamental na PSAN por sua formação que possibilita uma capacidade técnica e política:

Ele é fundamental na política de Segurança Alimentar e Nutricional, o assistente social tem capacidade técnica para elaboração, para análise, discussão, para contribuir na pesquisa, no levantamento de informações. Ele tem competência de articulação, é uma profissão que perpassa várias áreas e é uma profissão que tem uma capacidade de abrangência muito grande, então o assistente social, além de intervir na ponta, ele consegue intervir no planejamento na elaboração e isso é fundamental em qualquer área, e na área de Segurança Alimentar e Nutricional também, porque nós temos as vulnerabilidades de acesso, tanto de informação, quanto dos alimentos, da forma de produção, da forma de transporte, e da acessibilidade desse alimento. [...] o assistente social está bem inteirado, é uma profissão da atualidade e por isso é um profissional que tem tudo a ver com a segurança alimentar e nutricional, por essa diversidade e capilaridade de atuação que ele tem.

Diante do exposto pela Assistente Social 2, a contribuição dos assistentes sociais no âmbito da PSAN é fundamental, devido as suas capacidades técnicas, que os possibilitam ir além de atuarem como executores de políticas sociais, na relação direta com os usuário, podendo atuar na realização de pesquisas para obtenção de indicadores das reais demandas sociais e, a partir desses dados planejar e elaborar programas e projetos que deem conta de atender os usuários. Nesse caso, no âmbito da PSAN, entre aqueles em situação de insegurança alimentar, pois os assistentes sociais atuam na:

[...] elaboração e análise de indicadores sócio-econômicos. A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, p.18).

A gestão e o planejamento de acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), passou a fazer parte do currículo mínimo dos cursos de Serviço Social no Brasil a partir da revisão de 1996, apesar de muitos profissionais ainda não reconhecerem esse campo de atuação (BENEVIDES; LIMA).

Várias são as possibilidades de atuação do assistente social na gestão, sendo estas:

Planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço Social. Funções de Administração e Planejamento em órgãos da Administração pública, empresas e organizações da sociedade civil (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, p.18).

Ainda de acordo com a Assistente Social 2, em relação à contribuição do assistente social na Gestão da PSAN, o serviço social garante que nesta gestão, as demandas da classe popular são reconhecidas e defendidas, afirmando que:

[...] nós damos visibilidade para esses públicos que historicamente são deixados de lado, que historicamente não são vistos enquanto sujeitos de direitos, que historicamente não participam de programas sociais que impulsionem a sua autonomia, que impulsionem um olhar diferenciado. Para mim a maior importância é a gente dar visibilidade aos invisíveis [...] (ASSISTENTE SOCIAL 2).

É importante que os assistentes sociais se reconheçam enquanto profissionais capacitados para atuarem na gestão e no planejamento de políticas, pois é um espaço que permite enxergar de acordo com a fala da Assistente Social 2, os sujeitos invisíveis, a parcela mais empobrecida da sociedade, neste caso, através do planejamento e elaboração de programas e projetos que alcancem diretamente esses usuários.

O trabalho do assistente social na gestão de políticas públicas, como na PSAN, exige do profissional, capacidades técnicas como de elaboração e formulação de programas e projetos, de avaliar e monitorar a eficácia destes no âmbito da sua aplicabilidade, nesse caso em nível estadual (BENEVIDES; LIMA, 2015).

[...] o assistente social tem um olhar diferenciado, e às vezes, incorre em um erro achar que o assistente social só vai trabalhar na assistência social, só fazendo atendimento, não desmerecendo de forma nenhuma quem faz isso, e isso é na verdade quando você vê a concretude do seu trabalho, quando você faz aquele atendimento direto, mas você utilizar o seu saber, do arcabouço intelectual que você tem na área do serviço social para executar uma política diferenciada, nova, você consegue embutir alguns traços que talvez uma outra área de atuação não conseguiria colocar, não por incapacidade, mas porque não é a área que ela foi formada [...] (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Concorda-se que o assistente social possui uma visão diferenciada e crítica dada sua formação e compromissos historicamente assumidos.

Em relação a profissionais de outras áreas de conhecimento, no serviço profissional tais defesas são evidentes e públicas, isso se deve ao seu comprometimento “com a consolidação dos direitos dos direitos sociais e não com a execução burocrática e alienada dos serviços sociais na esfera pública” (BENEVIDES; LIMA, 2015, p.9).

Mas, para isso é preciso e necessário que esse profissional atue visando a consolidação de seu projeto ético-político, comprometido com a transformação da realidade social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos ao longo dessa pesquisa descrever a atuação do assistente social na gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN) no Espírito Santo.

A partir do questionamento acerca de qual a contribuição do assistente social na gestão da PSAN no Espírito Santo? Buscou-se identificar os instrumentos/ações utilizados na atuação do assistente social, bem como identificar como é realizado o trabalho interdisciplinar. Buscou-se ainda tecer uma discussão sobre a contribuição e os desafios do trabalho do assistente social no desenvolvimento das atividades na gestão da PSAN no Espírito Santo.

Para responder a esses objetivos, refletimos brevemente acerca da categoria teórica Serviço Social, sua trajetória histórica vinculada à igreja católica e à burguesia, através de práticas assistencialistas, funcional à expansão do capitalismo e da consolidação do projeto burguês, como também ao longo processo de Reconceituação da profissão, que marcou o rompimento com o conservadorismo e o seu reconhecimento enquanto uma profissão que se posiciona a favor da classe trabalhadora, dotada de pensamento crítico e viabilizador de direitos e de acesso às políticas sociais. Assim, tem-se entre suas conquistas, novos espaços de trabalho, como na gestão destas políticas, na formulação e elaboração de programa e projetos.

Refletimos também sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional, uma política recente, que visa a concretização do Direito Humano à Alimentação (DHAA), reconhecido como um dos direitos sociais na Constituição Federal de 1988, através da Emenda Constitucional nº64 de 4 de fevereiro de 2010.

Ao descrevermos a atuação profissional dos assistentes sociais inseridos na gestão da PSAN, foi possível compreender a particularidade dessa atuação, realizada em equipe multiprofissional, composta por profissionais do Serviço Social e da Nutrição. É válido ressaltar a importância de uma equipe multiprofissional na gestão da PSAN, considerando a intersetorialidade dessa política, que perpassa por várias outras, como educação, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente entre outras, porém, essa característica da PSAN não se aplica a equipe de técnicos da GSAN,

que conta apenas com 2 (duas) áreas de conhecimento, quantidade muito aquém do que se espera para a gestão dessa política.

Dessa forma, foi possível identificar os instrumento/ações utilizadas pelos assistentes sociais na gestão da PSAN, através do seu conhecimento técnico de planejamento e gestão social, na formulação e elaboração de programas e projetos, a avaliação e o monitoramento deste em sua aplicabilidade, voltados para as demandas que se apresentam nesse campo de atuação, a insegurança alimentar.

Um dos projetos formulados pelo Serviço Social é o Compra Direta de Alimentos (CDA), que consiste na compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar e doados a equipamentos da rede socioassistencial, através de recurso estadual, repassados aos municípios, responsáveis pela execução do projeto. Dessa forma, a realização do monitoramento e da avaliação são realizados por 1 (um) técnico assistente social da GSAN, sendo assim, a falta de recursos humanos impede que outros projetos sejam elaborados e executados concomitantemente, não sendo possível responder a todas as demandas que se apresentam no âmbito da PSAN no Espírito Santo.

E, diante da presença de outra área de conhecimento na equipe da Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional (GSAN), o trabalho desenvolvido é interdisciplinar, desse modo, proporcionando uma troca de saberes, na formulação de respostas as demandas dos usuários. Porém, é preciso respeitar os limites de cada área, sem ultrapassar o que é competência privativa de cada profissional. Na GSAN, o trabalho interdisciplinar seria muito mais rico se contasse com mais profissional de áreas diversas, e não apenas do assistente social e do nutricionista.

Para a elaboração de programas e projetos no âmbito da PSAN, são levados em consideração tanto o aspecto nutricional, pautados ao nutricionista, como o aspecto socioeconômico, este discutido pelo assistente social, na busca e concretização de ações que considerem a realidade.

Sendo assim, ficando claro o trabalho interdisciplinar, quando os saberes diferentes se convergem para atender a um só objetivo, e neste caso os programas e projetos elaborados em conjunto, também são assinados tanto pelo assistente social, quanto pelo nutricionista.

Mas, foi possível identificar também a contribuição do assistente social diante das demandas que requerem a elaboração de laudos e pareceres sociais, sendo esses instrumentos privativos da profissão.

Essa contribuição é também identificada no olhar crítico do assistente social, o que diferencia a sua atuação, isso se dá, devido aos seus compromissos assumidos historicamente, enquanto profissional dotado de conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico operativo. A contribuição dos assistentes sociais também pode ser identificada na medida em que suas ações, através dos programas e projetos visam atender a classe mais empobrecida da sociedade, dando visibilidade aqueles que historicamente tem seus direitos negados, possibilitando mudanças na realidade vivenciada pelos usuários.

É importante ressaltar que os assistentes sociais que atuam na GSAN realizam suas atividades amparadas pela Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, que prevê as competências para o assistente social planejar, executar e avaliar programas no âmbito da gestão, em acordo com o Código de Ética dos assistentes sociais de 1993, que respalda como direito dos assistentes sociais participar e gerenciar políticas sociais visando a consolidação do seu Projeto Ético Político, através dos programas e projetos que viabilizam acesso aos direitos, neste caso o Direito Humano Alimentação Adequada.

Estes profissionais são desafiados, quando se veem impedidos de formular e até mesmo ampliar novos projetos que deem conta de atender as novas demandas da sociedade, dessa forma, o que resta é dar continuidade as ações e projetos que já eram executados como o projeto CDA, voltado para agricultura familiar, devido principalmente os baixos investimentos do Estado em políticas sociais.

Ainda há muito que se discutir em relação a atuação de assistentes sociais no âmbito da gestão de políticas sociais, mesmo tendo plena capacidade de ocupar cargos de gestão, ainda existe essa discussão na categoria, pensar que o assistente social só pode estar na execução, isso é um erro, e ocorre devido à falta de conhecimento. O planejamento e a gestão social são sim espaços conquistados e privilegiados dos assistentes sociais, e é válido ressaltar que desde 1996 a gestão e o planejamento passou a fazer parte do currículo mínimo do Serviço Social de acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Lei de Diretrizes Curriculares:** diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 06 out. 2017.

AGUIAR, A. G. de. **Serviço Social e filosofia:** das origens a Araxá. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho.** 8. reimpr., da 6. ed. de 1994. São Paulo: Brasiliense, 2008.

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento e comunidade no Brasil.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ANDRADE, M. Â. R. A. O Metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social Brasileiro-1947 a 1961. **Serviço Social & realidade**, Franca, v.17, n.1, p. 268-299, 2008.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaios sobre as metamorfoses e a capacidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de Pesquisa:** propostas metodológicas. 14. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BARROCO. M. L. S.; TERRA. S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado.** Conselho Federal de Serviço Social (org.). São Paulo. Ed. Cortes, 2012.

BENEVIDE, G. de O.; LIMA, M. J. de O. Fundamentos de gestão para o trabalho do assistente social: princípios teóricos e práticos para o planejamento da ação profissional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 1., 2015, Londrina. **Anais eletrônicos...** Londrina, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo4/oral/29_fundamentos_de_gestao....pdf>. Acesso em: 26 out. 2017.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10. ed. rev. e atual. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2012a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **O Direito Humano à Alimentação**

Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: ABRANDH, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas.** Brasília, 2012b. Disponível em: <https://www.ideiasnamesa.unb.br/files/marco_EAN_visualizacao.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Programa de Aquisição de Alimentos. **Manual Operativo:** modalidade compra com doação simultânea operação por meio de adesão. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Bandeiras de luta do conjunto CFESS – CRESS.** Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1230>>. Acesso em: 26 out. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Legislação Básica do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Presidência da República. Brasília: 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Princípios e Diretrizes de um Política de Segurança Alimentar e Nutricional:** textos de referência da II conferência de segurança alimentar e nutricional. Brasília, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da União.** Brasília, 13 jun. 2013, Seção 1, p. 59-62. Disponível em: <http://www.fmt.am.gov.br/layout2011/denpe/cep/Alteracoes2013/Arquivo%2014_Res%20CNS%20466_2012.pdf>. Acesso em: 26 out. 2017.

COSTA, R. G. da; MADEIRA, M. Z. de A. Trabalho, práxis e Serviço Social. **Rev. katálysis,** Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 101-110, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n1/v16n1a11.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2017.

ESTEVIÃO, A. M. R. **O que é Serviço Social.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social. **Segurança Alimentar e Nutricional.** [201-] a. Disponível em: <<http://setades.es.gov.br/gsan>>. Acesso em: 29 set. 2017.

_____. Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social. **Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.** [201-] b. Disponível em: <<https://setades.es.gov.br/conselho-estadual-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-consea>>. Acesso em: 29 set. 2017.

_____. Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social. **Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional**. [201-] c. Disponível em: < <https://setades.es.gov.br/caisan>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. **Lei complementar nº 523 de 24 de dezembro de 2009**. Vitória. Assembleia Legislativa, 2009. Disponível em: <http://seger.es.gov.br/Media/seger/Adm%20Direta%20-%20Lei%20Carreiras/SEGER_lc%20n%20523-2009-cria%20o%20cargo%20de%20especialista%20em%20desenvolvimento%20humano%20e%20social.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Decreto nº 3160-R de 05 de dezembro de 2012. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**. Vitória, p. 4, 06 dez. 2012. Disponível em: <<https://setades.es.gov.br/Media/seadh/Decretos/Decreto%20n%C2%B0%203160-R,%20de%2005%20de%20dezembro%20de%202012.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

_____. **Manual Técnico Operacional SETADES/GSAN 01/2017**: Implantação do Projeto Compra Direta de Alimentos. Vitória, 2017. Disponível em: <<https://setades.es.gov.br/Media/seadh/Imagens/Manual%20T%C3%A9cnico%20Operacional%20CDA%20-%20FUNCOP%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2017

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, N. A. Serviço Social e Interdisciplinaridade: confluências e Desafios. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 4., 2016, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...**Belo Horizonte, 2016. Disponível em: < <http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/b0/b05174b2-f299-4679-8d9a-70cdd43580ed.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2017.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 40. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

KÖCHE, J.C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MARTINS, V. de B. Implantação da Política Pública de Assistência Social: desafios sob a ótica do gestor. In. _____. **Política de assistência social**: Uma Trajetória de Avanços e Desafios. Subsídios à III Conferência Nacional de Assistência Social. nº

30. São Paulo: Cadernos Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, 2001. 75-92.

MARCONI, M. A.; LAKATOS. E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Economia política: uma introdução crítica**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NEVES, A. V.; SANTOS, C. de. O. V.; SILVA. S. H. Conselhos Municipais de Assistência Social: novas competências para o trabalho do assistente social. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 173-181, jul./dez. 2012. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802012000200003/24935>>. Acesso em: 15 out. 2017.

PEREIRA, S. L. B. As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa: particularidades e unidade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 1., 2015, Londrina. **Anais eletrônicos...** Londrina, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo4/oral/10_as_dimensoes_teorico....pdf>. Acesso em: 06 out. 2017.

RAICHELIS, R. O Trabalho do Assistente Social na Esfera Governamental. In._____. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2009. 377-392.

RICHARDSON, R. J. et. al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

VERGARA. S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

YAZBEK, M. C. Assistência Social brasileira: limites e possibilidades na transição do milênio. In. _____. **Política de Assistência Social: Uma Trajetória de Avanços e Desafios**. Subsídios à III Conferência Nacional de Assistência Social. São Paulo: Cadernos Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. 2001.nº 30, 39-54.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA A COLETA DE DADOS

1. O que o assistente social desenvolve na gestão da PSAN?
2. Quais as atividades e ações mais utilizadas e desenvolvidas pelo assistente social na gestão da PSAN?
3. Como é realizado o trabalho interdisciplinar na gestão da PSAN? Aponte aspectos que considerar positivos e desafiadores.
4. O assistente social participa da elaboração de programas e projetos na gestão da PSAN? Como isso ocorre?
5. Quais as especificidades e diferenças entre a atuação do assistente social e do nutricionista na gestão da PSAN?
6. Quais os maiores desafios enfrentados pelo assistente social na gestão da PSAN?
7. Na sua opinião, qual é a importância do profissional de Serviço Social estar inserido na gestão da PSAN?
8. Fale sobre a importância da atuação do assistente social na participação e organização dos espaços de participação, como conselho e conferências?
9. Há algum aspecto que gostaria de tratar que possa contribuir para esta pesquisa?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DE VITÓRIA CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado para participar como voluntário de uma pesquisa que tem como tema “A Atuação do Assistente Social na Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Espírito Santo”. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar o seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição e não acarretará custos para você.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do Projeto: A Atuação do Assistente Social na Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Espírito Santo.

Pesquisador Responsável:

E-mail:

Nome do aluno:

Telefones para contato:

E-mail:

A pesquisa a ser realizada faz parte da formação de graduação em Serviço Social e tem como objetivos (geral e específicos): Descrever a atuação do assistente social na gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Espírito Santo; identificar os instrumentos/ações utilizados na atuação do Assistente Social na Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Espírito Santo; identificar o trabalho interdisciplinar na Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Espírito Santo; Discutir a contribuição e os desafios do trabalho do assistente social no desenvolvimento das atividades na gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Espírito Santo. Espera-se que este estudo

possa contribuir para o conhecimento e entendimento acerca da atuação profissional de assistentes sociais na gestão da PSAN.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em fornecer depoimentos sobre atuação profissional de assistentes sociais na gestão da PSAN. Os depoimentos poderão ser gravados ou falados à pesquisadora e escritos por ela, conforme você preferir. O material gravado será destruído logo após sua transcrição, evitando acesso de outras pessoas ao mesmo. Não existem eventuais riscos ou benefícios diretos à sua pessoa relacionados à sua participação nesta pesquisa.

As informações obtidas serão confidenciais, assegurando o sigilo sobre sua participação, privacidade e seu anonimato. Os dados obtidos serão divulgados de forma que não possibilite sua identificação. Você receberá uma cópia deste Termo onde consta o telefone do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto de pesquisa e sua participação em qualquer momento de realização da pesquisa.

Professora orientadora

Pesquisador

CONSENTIMENTO

Eu, _____ declaro que recebi e compreendi por completo as informações por escrito que constam neste documento e as explicações que me foram fornecidas. Fui informado(a) que sou livre para escolher concordar em participar ou me recusar. Declaro estar ciente e esclarecido da pesquisa, seus objetivos, metodologia, riscos/benefícios, garantia de sigilo e liberdade para desistir de participar e colaborar com a pesquisa em qualquer etapa da mesma sem danos para a minha pessoa. Nestes termos, concordo em participar deste estudo.

Participante

Vitória (ES), ____ de _____ de 2017.